

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXX - 8ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 007
Brasília, terça-feira, 12 de janeiro de 2021

Sumário

Seção 3

PDTI-CLDF 2021/2022 3



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Rafael Prudente

Vice-Presidente: Deputado Delmasso

Primeiro Secretário: Deputado Iolando Almeida - Suplente: Deputado Jorge Vianna

Segundo Secretário: Deputado Robério Negreiros - Suplente: Deputado Agaciel Maia

Terceiro Secretário: Deputado Reginaldo Sardinha - Suplente: Deputado Hermeto

Corregedor: Deputado Hermeto

Ouvidor: Deputado Delegado Fernando Fernandes

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Júlia Lucy

Procuradora Adjunta Especial da Mulher: Deputada Arlete Sampaio



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Martins Machado José Gomes Prof. Reginaldo Veras Daniel Donizet	Hermeto Agaciel Maia João Cardoso Cláudio Abrantes Robério Negreiros	Presidente: Arlete Sampaio Vice-Presidente: Delegado Fernando Fernandes Delmasso Jorge Vianna Leandro Grass	Chico Vigilante Lula das Silva Jaqueline Silva Valdelino Barcelos Iolando Almeida Cláudio Abrantes
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: José Gomes Valdelino Barcelos Júlia Lucy Roosevelt Vilela	Delegado Fernando Fernandes Iolando Almeida Daniel Donizet Delmasso Jaqueline Silva	Presidente: Roosevelt Vilela Vice-Presidente: Delegado Fernando Fernandes Hermeto Cláudio Abrantes Reginaldo Sardinha	José Gomes Jaqueline Silva Agaciel Maia Leandro Grass Robério Negreiros
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Martins Machado Vice-Presidente: Iolando Almeida Robério Negreiros Fábio Felix João Cardoso	Delmasso Jorge Vianna Daniel Donizet Prof. Reginaldo Veras Júlia Lucy	Presidente: Júlia Lucy Vice-Presidente: Daniel Donizet Delmasso Robério Negreiros João Cardoso	Arlete Sampaio Valdelino Barcelos Martins Machado Jorge Vianna Agaciel Maia
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Vice-Presidente: Valdelino Barcelos Prof. Reginaldo Veras Eduardo Pedrosa Leandro Grass	Arlete Sampaio Hermeto Cláudio Abrantes Reginaldo Sardinha Fábio Felix	Presidente: José Gomes Vice-Presidente: Robério Negreiros Delmasso Eduardo Pedrosa Leandro Grass	Reginaldo Sardinha Jaqueline Silva Delegado Fernando Fernandes Júlia Lucy Prof. Reginaldo Veras
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Agaciel Maia Jaqueline Silva Reginaldo Sardinha Iolando Almeida	Leandro Grass Robério Negreiros Júlia Lucy Martins Machado Valdelino Barcelos	Presidente: Valdelino Barcelos Vice-Presidente: Agaciel Maia Chico Vigilante Lula da Silva Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Delmasso João Cardoso Arlete Sampaio Iolando Almeida Daniel Donizet
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS			
Titulares	Suplentes		
Presidente: Cláudio Abrantes Vice-Presidente: Hermeto Arlete Sampaio Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Leandro Grass João Cardoso Chico Vigilante Lula das Silva José Gomes Martins Machado		

Atualizado conforme Atos do Presidente nºs 375 e 376, de 2020

8ª Legislatura

Deputado Agaciel Maia
Deputada Arlete Sampaio
Deputado Chico Vigilante Lula da Silva
Deputado Cláudio Abrantes
Deputado Daniel Donizet
Deputado Delmasso
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fábio Felix
Deputado Delegado Fernando Fernandes
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputado Jaqueline Silva

Deputado João Cardoso
Deputado Jorge Vianna
Deputado José Gomes
Deputada Júlia Lucy
Deputado Leandro Grass
Deputado Martins Machado
Deputado Rafael Prudente
Deputado Prof. Reginaldo Veras
Deputado Reginaldo Sardinha
Deputado Robério Negreiros
Deputado Roosevelt Vilela
Deputado Valdelino Barcelos

Seção 3

PDTI-CLDF 2021/2022



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

ATUALIZAÇÃO 2021/2022

Brasília, DF, dezembro de 2020.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

8ª Legislatura - 2019-2022

Mesa Diretora

2ª Sessão Legislativa

Presidente: DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (MDB)

Vice-Presidente: DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS)

1º Secretário: DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA (PSC)

Suplente: DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS)

2º Secretário: DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)

Suplente: DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB)

3ª Secretária: DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB)

Suplente: DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL)

Corregedor

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PSB)

Ouvidor

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL)

Procuradora Especial da Mulher

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO)

Deputados Distritais

AGACIEL MAIA (PL)	JOÃO CARDOSO (AVANTE)
ARLETE SAMPAIO (PT)	JORGE VIANNA (PODEMOS)
CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT)	JOSÉ GOMES (PSB)
CLÁUDIO ABRANTES (PDT)	JÚLIA LUCY (NOVO)
DANIEL DONIZET (PL)	LEANDRO GRASS (REDE)
DELEGADO FERNANDO FERNANDES (PROS)	MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)
DELMASSO (REPUBLICANOS)	PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT)
EDUARDO PEDROSA (PTC)	RAFAEL PRUDENTE (MDB)
FÁBIO FELIX (PSOL)	REGINALDO SARDINHA (AVANTE)
HERMETO (MDB)	ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)
IOLANDO ALMEIDA (PSC)	ROOSEVELT VILELA (PSB)
JAQUELINE SILVA (PTB)	VALDELINO BARCELOS (PP)

Comitê de Tecnologia da Informação

CLEBER MARCOS DE TOLEDO
DARLAN DE LIMA BARBOSA
GABRIELA TUNES DA SILVA
MARCELO DUTRA VILA LIMA
MARCELO HERBERT DE LIMA
NEY BARROS LUZ
THIAGO BAZI BRANDÃO
UIRÁ FELIPE LOURENÇO

Equipe de Atualização do PDTI

CLEBER MARCOS DE TOLEDO
MARCELO DUTRA VILA LIMA
MARCELO HERBERT DE LIMA
NEY BARROS LUZ
RONIE PAULUCIO PORFIRIO

SUMÁRIO

1. Apresentação	7
1.1. Abrangência	7
1.2. Período de alcance e previsão de atualização	7
1.3 Justificativa	7
1.4. Equipe de atualização do PDTI	7
1.5. Metodologia utilizada	7
1.6. Documentos de referência	8
2. Referenciais estratégicos	9
2.1. Planejamento das ações da área de Computação da CLDF	9
2.2. Estratégias da organização	10
2.2.1. Objetivos institucionais da CLDF	10
2.2.2. Estratégia de Sistema de Informação da CLDF	12
2.2.3. Planejamento Estratégico Institucional	13
2.2.4. Diretrizes de tecnologia da informação para a CLDF	13
2.2.5. Visão para o Sistema de Informação da CLDF	14
3. Computação na CLDF	15
3.1. Organização da Computação na CLDF	15
3.2. Organização e funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação	15
3.3. Estrutura organizacional da Coordenadoria de Modernização e Informática	16
3.4. Projetos de novas aplicações de computação	18
3.5. Classificação das aplicações de computação	19
3.5.1. Classificação por função institucional	19
3.5.2. Classificação por tipo de aplicação	20
3.5.3. Classificação por estimativa de esforço	20
3.5.4. Classificação por relevância computacional legislativa	22
3.5.5. Classificação por tipo de necessidade computacional	25
4. Inventário de necessidades computacionais	25

4.1. Participação popular	27
NEC-1. Informações institucionais para a população	27
NEC-2. Informações sobre momentos oportunos para participação popular	31
NEC-3. Canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população	33
NEC-4. Aplicações computacionais para participação popular	37
4.2. Atividade parlamentar	47
NEC-5. Informações sobre temas do Distrito Federal	47
NEC-6. Informações sobre políticas públicas	49
NEC-7. Informações para exercício do mandato parlamentar	51
NEC-8. Aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar	52
4.3. Atribuições institucionais	55
NEC-9. Informações para o cumprimento das atribuições da CLDF	55
NEC-10. Análises de grandes volumes de dados	58
NEC-11. Participação em redes sociais digitais	59
NEC-12. Implantação de autosserviço digital	61
NEC-13. Aplicações computacionais para processos institucionais	63
NEC-14. Conhecimento, formação e cultura digital	76
4.4. Capacidades computacionais	78
NEC-15. Aspectos organizacionais	78
NEC-16. Plataforma computacional	80
NEC-17. Sustentação computacional	81
NEC-18. Softwares aplicativos	83
NEC-19. Equipamentos computacionais	86
5. Planejamento	88
OBJ-1. Aperfeiçoar a participação popular	90
OBJ-1.1. Prover informações institucionais para a população	90
OBJ-1.2. Prover informações sobre momentos oportunos para participação popular	91
OBJ-1.3. Implementar canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população	92
OBJ-1.4. Implementar aplicações computacionais para participação popular	92
	5

OBJ-2. Aperfeiçoar a atividade parlamentar	93
OBJ-2.1. Prover informações sobre temas do Distrito Federal	93
OBJ-2.2. Prover informações sobre políticas públicas	94
OBJ-2.3. Prover informações para exercício do mandato parlamentar	94
OBJ-2.4. Implementar aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar	95
OBJ-3. Aperfeiçoar atribuições institucionais	95
OBJ-3.1. Prover informações para o cumprimento das atribuições da CLDF	95
OBJ-3.2. Implementar análises de grandes volumes de dados	96
OBJ-3.3. Promover participação em redes sociais digitais	97
OBJ-3.4. Implantar autosserviço digital	97
OBJ-3.5. Implementar aplicações computacionais para processos institucionais	97
OBJ-3.6. Promover conhecimento, formação e cultura digital	99
OBJ-4. Aperfeiçoar capacidades computacionais	101
OBJ-4.1. Desenvolver aspectos organizacionais	101
OBJ-4.2. Aperfeiçoar a plataforma computacional	102
OBJ-4.3. Prover novos softwares aplicativos	102
OBJ-4.4. Prover novos equipamentos computacionais	103
OBJ-5. Manter os recursos computacionais em pleno funcionamento	104
OBJ-5.1. Prestar suporte técnico-computacional	104
OBJ-5.2. Garantir sustentação e funcionamento do complexo computacional	105
6. Conclusão	106
Apêndice - Inventário de recursos computacionais	107
Sistemas de informática	107
Infraestrutura de tecnologia da informação	109
Equipamentos computacionais para usuário final	110
Software aplicativo e sistemas operacionais para usuário final	111

1. Apresentação

1.1. Abrangência

Este Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) contém o planejamento para atendimento às necessidades de Computação relativas às funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, de acordo com a Estratégia de Sistema de Informação aprovada pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019, e publicada no DCL nº 70 de 3 de abril de 2019, a qual faz parte deste planejamento.

Para tanto, apresenta o inventário de necessidades computacionais e estabelece o planejamento dos objetivos e metas para atendimento às necessidades prioritárias.

1.2. Período de alcance e previsão de atualização

Este PDTI possui alcance de dois anos, correspondente ao período de 2021 e 2022.

A previsão é que nova atualização ocorra a cada ano, de modo a sempre preservar o alcance de dois anos.

1.3 Justificativa

Este ano ocorreram, extraordinariamente, duas atualizações do PDTI.

A primeira atualização consistiu na consolidação das ações em curso e resultou no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - Atualização 2020.

A segunda atualização consistiu na priorização das demandas apresentadas como resultado de amplo levantamento de necessidades computacionais, realizado nos meses de maio e junho de 2020 como subsídio para o planejamento de 2021 e 2022. Os resultados desta atualização estão contidos no presente documento, ou seja, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - Atualização 2021/2022.

Essa abordagem foi necessária para propiciar maior tempo para tratamento e avaliação dos resultados do levantamento de necessidades, devido ao grande volume de informações obtidas.

1.4. Equipe de atualização do PDTI

A equipe para atualização do PDTI foi estabelecida pelo Comitê de Tecnologia da Informação, durante sua 10ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2019, conforme ata publicada no DCL nº 259 de 12 de dezembro de 2019.

1.5. Metodologia utilizada

A metodologia utilizada para a elaboração deste PDTI foi o Guia de Elaboração de PDTIC do SISP, versão 2.0, desenvolvida pela Secretaria Tecnologia da Informação – STI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, que tem como base as melhores práticas com

foco na Administração Pública, combinada com outras metodologias de planejamento e gestão. Na aplicação destas metodologias foram consideradas as particularidades e a realidade da CLDF.

O processo técnico utilizado compreendeu três etapas, conforme segue:

1. Preparação
2. Diagnóstico
3. Planejamento

A etapa Preparação cuidou de aspectos metodológicos e produziu o plano de trabalho para atualização do PDTI.

A etapa Diagnóstico analisou o referencial estratégico de Computação, estimou a capacidade de execução e consolidou o inventário de necessidades computacionais. O inventário de necessidades foi compilado a partir de amplo levantamento, realizado por meio de questionários encaminhados para os gabinetes parlamentares e para as unidades organizacionais da CLDF.

A etapa Planejamento estabeleceu os parâmetros para priorização das metas e ações relativas à aplicação da Computação na CLDF e consolidou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

1.6. Documentos de referência

Os seguintes documentos foram considerados e serviram de referência e norteamento para a elaboração deste PDTI:

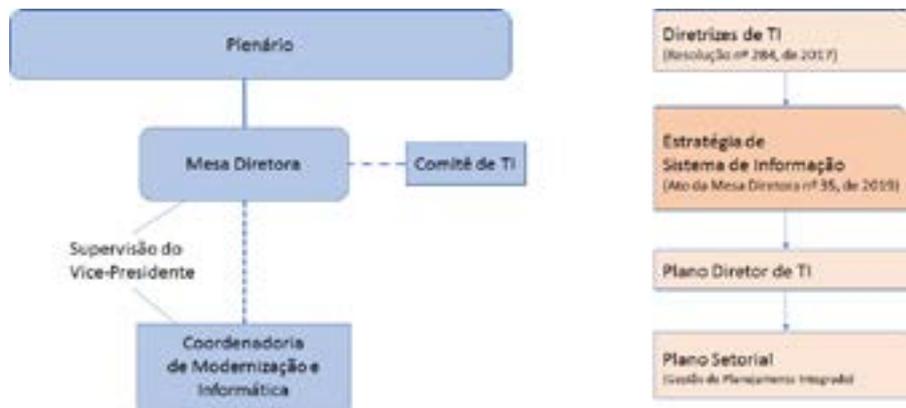
- Constituição da República Federativa do Brasil;
- Lei Orgânica do DF;
- Regimento Interno da CLDF (Resolução nº 218, de 2005);
- Diretrizes de Tecnologia da Informação para a CLDF (art. 2º, Resolução nº 284, de 2017);
- Estratégia de Sistema de Informação da CLDF (Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019);
- Plano Estratégico Institucional da CLDF (Ato da Mesa Diretora nº 6, de 2012);
- Estrutura administrativa da CLDF e competências legais da organização (Resolução nº 34, de 1991);
- Constituição do Comitê de Tecnologia da Informação da CLDF (Resolução nº 284, de 2017);
- Regulamento do Funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação da CLDF (Ato da Mesa Diretora nº 110, de 2016);
- Regulamento da informatização da CLDF (Ato da Mesa Diretora nº 15, de 2007);
- Mapa do Sistema de Informação da CLDF;
- Parecer da Procuradoria-Geral da CLDF sobre contratações de soluções de tecnologia da informação (Parecer nº 167/2015-PG);

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação - Atualização 2020 (Ato da Mesa Diretora nº 102, de 2020);
- Acompanhamento das ações de tecnologia da informação para o exercício de 2020:
 - Quadro de Detalhamento da Despesa - Exercício 2020 (Portaria do Gabinete da Mesa Diretora nº 1, de 2020);
 - Detalhamento Setorial da Despesa - Exercício 2020 (p. 71 a 77);
 - Relatório Analítico de Acompanhamento da Execução Orçamentária da CLDF - Janeiro a Agosto 2020 (p. 32 a 36);
 - Avaliação do Plano Setorial da Coordenadoria de Modernização e Informática - 2º Quadrimestre;
- Planejamento de tecnologia da informação para o exercício de 2021:
 - Relatório de Parcerias para o Plano Setorial da Coordenadoria de Modernização e Informática - 2021 (processo 00001-00018409/2020-14);
 - Plano Setorial da Coordenadoria de Modernização e Informática - 2021 (processo 00001-00018409/2020-14);
- Respostas ao questionário encaminhado aos Deputados e Deputadas durante a 2ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura sobre possibilidades de aperfeiçoamento do Sistema de Informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Respostas ao questionário encaminhado a membros do Comitê de Tecnologia da Informação durante a 2ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura sobre possibilidades de aperfeiçoamento do Sistema de Informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Compilação das Respostas ao Questionário "CLDF - Levantamento de Necessidades para Aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF", de 3 de julho de 2020;
- Guia de PDTIC do SIS/MP v.2.0.

2. Referenciais estratégicos

2.1. Planejamento das ações da área de Computação da CLDF

O planejamento das ações da área de Computação da CLDF requer participação do Plenário, da Mesa Diretora, da Vice-Presidência, do Comitê de TI e da Coordenadoria de Modernização e Informática.



- Diretrizes de Tecnologia da Informação - Estabelecidas pelo Plenário da CLDF, por meio da Resolução 284, de 2017.
- Estratégia de Sistema de Informação - Formulada pelo Comitê de Tecnologia da Informação e aprovada pela Mesa Diretora, por meio do Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação - Elaborado e atualizado pelo Comitê de Tecnologia da Informação, aprovado pela Mesa Diretora.
- Plano Setorial - Elaborado pela Coordenadoria de Modernização e Informática e aprovado pelo Secretário Executivo da Vice-Presidência da CLDF.

As atividades relacionadas à Coordenadoria de Modernização e Informática são atualmente coordenadas, controladas e supervisionadas pelo Vice-Presidente, conforme Ato da Mesa Diretora nº 1, de 2017, com as alterações introduzidas pelo Ato da Mesa Diretora nº 148, de 2019.

Compete à Coordenadoria de Modernização e Informática, dentre outras atribuições, coordenar as ações de Computação para o atendimento à Estratégia de Sistema de Informação e para o alcance das metas definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (Art. 18-A, inciso VII da Resolução nº 34, de 1991).

2.2. Estratégias da organização

2.2.1. Objetivos institucionais da CLDF

Em um Estado Democrático de Direito, os objetivos do poder público estão fundamentados na Constituição e estão expressos no ordenamento jurídico.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu preâmbulo "um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a

liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.". Além disso, ela estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; II) garantir o desenvolvimento nacional; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) esclarece em seu preâmbulo o respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil e estabelece os objetivos de organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.

Também na Lei Orgânica, estão definidos os objetivos prioritários do Distrito Federal: (LODF, art. 3º)

I – garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II – assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

VII – garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

VIII – preservar sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades;

IX – valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira;

X – assegurar, por parte do Poder Público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações penais e de seus respectivos familiares;

XI – zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro do Tombo Histórico, respeitadas as definições e critérios constantes do Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987, e da Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do então Instituto Brasileiro

do Patrimônio Cultural – IBPC, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

XII – promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente e do jovem;

XIII – valorizar a vida e adotar políticas públicas de saúde, de assistência e de educação preventivas do suicídio.

Cabe ressaltar que os objetivos prioritários do Distrito Federal são também objetivos prioritários do seu Poder Legislativo, por concepção, devendo ser perseguidos, portanto, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

2.2.2. Estratégia de Sistema de Informação da CLDF

O referencial estratégico de Computação está consolidado na Estratégia de Sistema de Informação, que cumpre a finalidade de orientar estrategicamente todas as ações de Computação na CLDF.

A Estratégia de Sistema de Informação da CLDF foi aprovada pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019, e é apresentada em documento próprio.

O propósito da Estratégia de Sistema de Informação é aplicar os conhecimentos de Computação em prol dos objetivos institucionais da CLDF, de maneira estratégica e sistematizada, com vistas a agregar valor estratégico às funções finalísticas de representação, legiferação e fiscalização, por meio do contínuo aprimoramento do seu sistema de informação, revertendo investimentos em tecnologias de computação para benefício da sociedade.

A Estratégia de Sistema de Informação tem como fundamentos o Poder Legislativo do Distrito Federal, enquanto razão de ser da CLDF, e a Computação, enquanto área de conhecimento que fundamenta a compreensão e o aprimoramento do Sistema de Informação da CLDF.

Constituem objetivos fundamentais da Estratégia de Sistema de Informação da CLDF:

I - Contribuir para a realização da democracia;

II - Contribuir para os interesses da sociedade e para os objetivos prioritários do Distrito Federal;

III - Amparar o exercício do poder público e o cumprimento das atribuições da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A Estratégia de Sistema de Informação apresenta o processo de melhoria a ser adotado, estabelece a visão futura para o Sistema de Informação da CLDF e os respectivos indicadores de efetividade e, por fim, define as prioridades.

2.2.3. Planejamento Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico Institucional, aprovado pelo Ato da Mesa Diretora nº 6, de 2012, aponta os seguintes objetivos estratégicos para o período compreendido entre 2012 e 2020:

- OE 1: exercer a representação política com participação da sociedade;
- OE 2: fortalecer a democracia e a cidadania;
- OE 3: tornar-se referência na discussão das estratégias e políticas públicas para o DF;
- OE 4: produzir leis para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida;
- OE 5: acompanhar e fiscalizar com independência os atos do Poder Executivo;
- OE 6: monitorar e avaliar políticas públicas com foco em resultados;
- OE 7: aprimorar o processo de debate sobre políticas públicas com a sociedade;
- OE 8: garantir a transparência da ação parlamentar;
- OE 9: aprimorar e ampliar as ações de comunicação social;
- OE 10: buscar excelência na Gestão Organizacional;
- OE 11: aprimorar procedimentos legislativos e administrativos;
- OE 12: desenvolver e aprimorar competências individuais e organizacionais;
- OE 13: garantir a retenção e a renovação de pessoas;
- OE 14: garantir e gerir sistemas de informações legislativas e administrativas;
- OE 15: garantir a infraestrutura adequada às atividades legislativas e administrativas;
- OE 16: garantir e gerir com excelência os recursos orçamentários e financeiros.

2.2.4. Diretrizes de tecnologia da informação para a CLDF

As diretrizes de tecnologia da informação para a CLDF estão determinadas na Resolução no 284, de 2017, conforme segue:

“Art. 2º São diretrizes de tecnologia da informação para a CLDF a serem observadas pelo CTI:

- I – equilibrar a entrega de soluções de tecnologia da informação entre as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração;
- II – fortalecer os seguintes aspectos nas soluções de tecnologia da informação: ênfase nas necessidades da população, transparência, participação, controle social e inovação;
- III – cuidar para que a formulação e a implementação das estratégias e planos de tecnologia da informação estejam harmonizados com os objetivos prioritários elencados no art. 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- IV – aperfeiçoar a gestão do Sistema de Informações da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

2.2.5. Visão para o Sistema de Informação da CLDF

Essencialmente, a necessidade institucional de Computação é o aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF, abrangendo as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, e está descrita na Estratégia de Sistema de Informação - ESI, expressa em documento próprio.

A ESI esclarece a necessidade de aperfeiçoamento por meio da seguinte visão projetada para o Sistema de Informação da CLDF.

- A)** População plenamente informada, por meio de aplicação de computação, sobre assuntos institucionais de seu interesse;
- B)** População plenamente informada, por meio de aplicação de computação, sobre momentos oportunos para participação em assuntos institucionais de seu interesse;
- C)** Participação popular facilitada e estimulada a partir de aplicações de computação;
- D)** Parlamentares plenamente munidos de informações sobre os temas do Distrito Federal, por meio de aplicação de computação;
- E)** Parlamentares amparados por conhecimento sistematizado sobre as políticas públicas, por meio de aplicação de computação;
- F)** Parlamentares plenamente informados, por meio de aplicação de computação, sobre assuntos institucionais em que atuam;
- G)** Funções finalísticas - representação, legiferação e fiscalização - desempenhadas em meio digital, considerando os princípios da sustentabilidade na Administração Pública;
- H)** Relacionamento entre Câmara e população acontecendo por meio de aplicações de computação.



Além disso, a visão para o Sistema de Informação da CLDF se sustenta na perspectiva de Sociedade 5.0. Nessa perspectiva fica garantido, em primeiro lugar, o posicionamento do ser humano no centro da inovação e transformação tecnológica. Ademais, responsabilidade social e sustentabilidade são dimensões importantes e são consideradas no aprimoramento do SI-CLDF. Na perspectiva de Sociedade 5.0, entende-se um futuro em que tudo estará conectado, onde se inclui Inteligência Artificial (AI), Dados Massivos (Big Data) e Internet das Coisas (IoT), dentre outros. Nesse sentido, a Sociedade 5.0 é vista como uma convergência de todas as tecnologias com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos seres humanos e isso está na base da visão do Sistema de Informação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

3. Computação na CLDF

3.1. Organização da Computação na CLDF

Conforme Resolução nº 34, de 1991, à Mesa Diretora é atribuída, na qualidade de órgão diretor colegiado, a supervisão e direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, desenvolvidos pelos órgãos que integram a sua estrutura administrativa, em conformidade com o Regimento Interno. A supervisão geral dos órgãos da Câmara Legislativa é realizada pelo Presidente, e cabe aos membros da Mesa, em coordenação com o Presidente, a supervisão superior dos órgãos da Casa, de acordo com as atribuições que lhes forem concedidas por resolução específica, por ocasião da eleição da Mesa.



3.2. Organização e funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação da CLDF (CTI) foi instituído pela Resolução nº 284, de 2017, com o propósito de promover a agregação de valor estratégico às funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, por meio de Sistema de Informação e de tecnologia da informação.

Compete ao CTI formular, avaliar, propor e acompanhar estratégias, políticas, planos, normas, ações e indicadores de resultados de sistemas de informação e de tecnologia da informação, a serem submetidos à aprovação da Mesa Diretora.



O Comitê de TI da CLDF é de natureza propositiva e eminentemente de caráter técnico-científico. Possui uma composição qualitativa das funções institucionais da Câmara Legislativa do DF – representação, legiferação, fiscalização e administração – bem como uma composição qualitativa da área de conhecimento Computação. Quantitativamente, o Comitê de TI é composto por oito membros. Quatro membros – dentre consultores técnico-legislativos, consultores legislativos ou procuradores legislativos da CLDF – representam cada uma das funções institucionais. Outros quatro membros – dois consultores técnico-legislativos categoria profissional analista de sistemas, um técnico-legislativo e o coordenador da Coordenadoria de Modernização e Informática, todos com lotação na CMI ou suas unidades integrantes – representam a área de conhecimento Computação.

Seu funcionamento, regulado pelo Ato da Mesa Diretora nº 110, de 2016, prevê reuniões ordinárias a cada trimestre, nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano, e reuniões extraordinárias por requerimento de qualquer de seus membros. As deliberações são formalizadas mediante ata de reunião assinada por todos os membros presentes e publicada no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

3.3. Estrutura organizacional da Coordenadoria de Modernização e Informática

A unidade administrativa destinada a aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF é a Coordenadoria de Modernização e Informática (CMI), órgão de assessoramento à Mesa Diretora instituído pela Resolução nº 34, de 1991, com alterações introduzidas pela Resolução nº 312, de 2019.

As atividades relacionadas à CMI são atualmente coordenadas, controladas e supervisionadas pelo Vice-Presidente, conforme Ato da Mesa Diretora nº 1, de 2017, com as alterações introduzidas pelo Ato da Mesa Diretora nº 148, de 2019.

A estrutura organizacional da CMI, atualizada para cumprir seu propósito institucional, é composta por uma Área de Sistema de Informação, um Laboratório Hacker de Inovação e três seções, a Seção de Atendimento e Cultura Digital, a Seção de Administração de Sistemas e a Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação.



“A Coordenadoria de Modernização e Informática tem por finalidade o assessoramento especializado em computação à Mesa Diretora e o contínuo aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF, abrangendo as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, de acordo com a Estratégia de Sistema de Informação.” (Resolução nº 34, de 1991, Art. 18)

“A Coordenadoria conta, em sua estrutura, com uma Área de Sistema de Informação, que tem por finalidade desenvolver a visão estratégica da Coordenadoria, objetivando aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF, a partir do estudo sistematizado e multidisciplinar do Poder Legislativo”. (Resolução nº 34, de 1991, Art. 18-A, § 1º)

“... Labhinova é um portal físico, criado pela CLDF para aproximar a população do Poder Legislativo, possibilitar a participação e promover a transparência por meio da inovação aberta e da tecnologia, funcionando como ferramenta da CLDF apta a fortalecer a democracia por intermédio de um Legislativo aberto e transparente, de modo a garantir meios para ressignificar e renovar o pensar e o agir político da população do Distrito Federal.” (Ato da Mesa Diretora nº 56, de 2018, Art. 1º, § 4º)

“A Seção de Atendimento e Cultura Digital tem por finalidade viabilizar o pleno acesso aos serviços de computação oferecidos pela Coordenadoria e fortalecer a cultura digital na CLDF, abrangendo as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, de acordo com a Estratégia de Sistema de Informação e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.” (Resolução nº 34, de 1991, Art. 19)

“A Seção de Administração de Sistemas tem por finalidade o contínuo desenvolvimento integrado e sistêmico do Sistema de Informação da CLDF, por meio de sistemas de informática, abrangendo as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração,

de acordo com a Estratégia de Sistema de Informação e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.” (Resolução nº 34, de 1991, Art. 20)

“A Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação tem por finalidade providenciar o aporte tecnológico necessário à adequada sustentação do Sistema de Informação da CLDF, abrangendo as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração, de acordo com a Estratégia de Sistema de Informação e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.” (Resolução nº 34, de 1991, Art. 21)

3.4. Projetos de novas aplicações de computação

Todo projeto de nova aplicação de computação deve iniciar-se com o estudo do problema em questão, a fim de esclarecer a necessidade a ser atendida.

O esclarecimento da necessidade descreve a requisição sob o ponto de vista da unidade requisitante, de forma a subsidiar o planejamento do projeto. Pode ser obtida por meio de entrevista ao requisitante, de forma a reproduzir sua visão sobre a questão.

Os elementos que compõem o esclarecimento da necessidade de um projeto são:

- 1- Unidade requisitante
- 2- Servidor responsável
- 3- Objetivo
- 4- Principal problema
- 5- Expectativas
- 6- Público-Alvo
- 7- Prazos críticos
- 8- Justificativa
 - 8.1- Por que é importante?
 - 8.2- Qual é o impacto do não atendimento?
 - 8.3- Por que atender agora?
 - 8.4- Quão crítico será o impacto dos resultados?
- 9- Unidades organizacionais envolvidas e respectivas atividades
- 10- Abrangência
- 11- Premissas e restrições
- 12- Possibilidade de desmembramento
- 13- Considerações históricas
- 14- Referências legais
- 15- Informações complementares
- 16- Assinaturas

As informações contidas no esclarecimento da necessidade são de suma importância e servem de base para as decisões a respeito do planejamento e do gerenciamento do projeto.

3.5. Classificação das aplicações de computação

Conforme a Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, aplicação de computação é uma "combinação de tecnologia de computação e recursos computacionais destinada a viabilizar uma atividade ou operação, visando determinado uso ou experiência."

3.5.1. Classificação por função institucional

Constitui diretriz de tecnologia da informação para a CLDF, estabelecida pela Resolução nº 284, de 2017, "equilibrar a entrega de soluções de tecnologia da informação entre as funções institucionais de representação, legiferação, fiscalização e administração."

A conquista desse equilíbrio exige a classificação das aplicações de computação por função institucional, de acordo com seu assunto preponderante. Eventualmente, uma aplicação de computação pode ser classificada em mais de uma função institucional, desde que traga significativa contribuição direta para cada uma delas.

Para melhor compreensão desta classificação, pode-se observar a caracterização das funções institucionais apresentada no Mapa do Sistema de Informação da CLDF, conforme trecho a seguir.

1.3.13.1.3. funções institucionais.

1.3.13.1.3.1. representação: república; tripartição de poder; poder legislativo; povo; mandato; representante e representado; eleição, sufrágio e votação; cargo eletivo; parlamentar; audiência pública; proposição; indicação; requerimento.

1.3.13.1.3.2. legiferação: matéria legislativa; proposta de emenda à lei orgânica; projeto de lei complementar; projeto de lei; projeto de decreto legislativo; projeto de resolução; iniciativa; audiência pública; emenda; parecer; discussão; deliberação; redação final; autógrafo; sanção; veto total; veto parcial; relatório sobre veto; promulgação; publicação.

1.3.13.1.3.3. fiscalização: políticas públicas; fiscalização; controle; auditoria; participação social; transparência; governança; irregularidade; inspeção; diligência; requerimento de informação; requerimento de fiscalização e controle; representação; controle externo; parceria; estudos e pesquisas; comunicação imediata e a distância; fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal.

1.3.13.1.3.4. administração: direção administrativa; assessoramento jurídico; assessoramento legislativo; ações educacionais; comunicação social; ouvidoria; apoio legislativo; computação; recursos humanos; administração de materiais; finanças; licitação de contratações; assistência à saúde; formalização cerimonial; produção gráfica; segurança; planejamento.

3.5.2. Classificação por tipo de aplicação

De acordo com a Estratégia de Sistema de Informação, as aplicações de computação podem ser classificadas de acordo com o tipo de contribuição perante os propósitos institucionais, a fim de facilitar a gestão. Para tanto, são usadas quatro categorias: estratégica, alto potencial, operação chave e suporte.

- **Estratégica** - Aplicações críticas para o sucesso institucional futuro, criam ou viabilizam mudanças em como a organização conduz sua atuação. Devem ser gerenciadas sob enfoque de empreendimento.
- **Alto potencial** - Aplicações inovadoras, com investimentos de risco, que podem criar oportunidades para futuras vantagens, mas não há garantias dos benefícios que produzem ou da capacidade e desempenho da tecnologia adotada. Devem ser gerenciadas sob enfoque de inovação.
- **Operação chave** - Aplicações que sustentam as operações institucionais existentes. Qualquer indisponibilidade ou falha nessas aplicações trazem sério impacto negativo no desempenho institucional. Devem ser gerenciadas sob enfoque de controle.
- **Suporte** - Aplicações que reduzem custos aumentando a eficiência, ou melhoram a efetividade gerencial, mas não sustentam as operações institucionais. Eventuais indisponibilidades não produzem efeitos negativos imediatos no desempenho institucional, mas podem produzir se não houver correção. Devem ser gerenciadas sob enfoque cuidador.

Uma aplicação deve ser classificada por somente um tipo de aplicação. Caso haja dúvidas sobre a melhor classificação, deve-se optar por aquela cujo enfoque de gerenciamento seja mais apropriado.

3.5.3. Classificação por estimativa de esforço

A seleção das necessidades computacionais para atendimento no período envolve, entre outros fatores, a estimativa de esforço necessário.

A classificação por estimativa de esforço considera três níveis:

(+) esforço pequeno

(++) esforço médio

(+++) esforço grande

A estimativa por esforço é realizada a partir de três avaliações.

A primeira avaliação é da complexidade envolvida no atendimento à necessidade, podendo ser:

cb - complexidade baixa

cm - complexidade média

ca - complexidade alta

A segunda avaliação é da noção de tamanho da aplicação a ser produzida, podendo ser:

tp - tamanho pequeno

tm - tamanho médio

tg - tamanho grande

A terceira avaliação é da necessidade de criação de novo processo de trabalho como parte da implementação da aplicação, o que significa que o funcionamento da aplicação demandará participação humana:

np - novo processo de trabalho necessário

A combinação dessas três avaliações gera a estimativa de esforço, conforme o critério a seguir.

Critério de estimativa de esforço			
Complexidade	Tamanho	Novo processo	Estimativa de esforço
cb	tp	-	(+)
cb	tp	np	(++)
cm	tp	-	(++)
cb	tm	-	(++)

cm	tm	-	(++)
cm	?	np	(+++)
?	tm	np	(+++)
ca	?	?	(+++)
?	tg	?	(+++)

Nota: O símbolo ? indica qualquer ocorrência.

3.5.4. Classificação por relevância computacional legislativa

A classificação por relevância computacional legislativa aplicada às necessidades computacionais obedece ao seguinte critério.

Critério de relevância computacional legislativa	
Somam-se as pontuações de acordo com as dimensões indicadas. Quanto maior a pontuação final, maior a relevância.	
Dimensão	Pontuação
Função institucional	representação (+10), legiferação (+10), fiscalização (+10), administração (+10) Nota: esta pontuação deve considerar a função institucional diretamente atendida, podendo pontuar para mais de uma função institucional, sempre que houver significativo atendimento direto.
Visão	contribui para um ou mais componentes da visão estabelecida na ESI-CLDF (+10) Nota: esta pontuação deve ser aplicada apenas uma única vez, independente da quantidade de componentes da visão que estão sendo atendidos.
Prioridade político-administrativa	indicação de prioridade pela Mesa Diretora (+30)

Prioridade jurídica	contribui de forma relevante para o cumprimento de exigência legal ou decisão judicial (+20)
Tipo de aplicação	estratégica (+20), alto potencial (+10), operação chave (+20), suporte (0) Nota: esta pontuação deve considerar a classificação para somente um tipo de aplicação, o que for mais significativo para o caso.

Modelagem computacional da classificação por relevância

A classificação de necessidades computacionais por relevância é um *problema de ordenação*¹.

As necessidades computacionais constituem um conjunto $\mathbf{NC} = \{\mathbf{nc}_1, \mathbf{nc}_2, \dots, \mathbf{nc}_k\}$.

Formalmente,

Entrada: uma sequência de k necessidades computacionais $\langle \mathbf{nc}_1, \mathbf{nc}_2, \dots, \mathbf{nc}_k \rangle$

Saída: uma permutação (reordenação) $\langle \mathbf{nc}'_1, \mathbf{nc}'_2, \dots, \mathbf{nc}'_k \rangle$ da sequência de entrada, tal que $f(\mathbf{nc}'_1) \geq f(\mathbf{nc}'_2) \geq \dots \geq f(\mathbf{nc}'_k)$, em que f é a função classificação por relevância.

A função² classificação por relevância é definida por

$$f: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 110, 120, 130\},$$

$$f = f_1 + f_2 + f_3 + f_4 + f_5, \text{ onde}$$

$$f_1: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 10, 20, 30, 40\}$$

$$f_2: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 10\}$$

$$f_3: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 30\}$$

$$f_4: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 20\}$$

$$f_5: \mathbf{NC} \rightarrow \{0, 10, 20\}$$

¹ **Problema de ordenação:** ordenar consiste em criar uma sequência de termos conforme alguma relação de ordem, de modo a se ter um primeiro termo, um segundo termo etc. Para resolver o problema de ordenação, há vários algoritmos de ordenação tais como *quicksort*, *mergesort*, dentre outros.

² **Função:** Sendo A e B conjuntos não-vazios, uma função f de A em B é uma associação de exatamente um elemento de B a cada elemento de A . Denota-se $f(a) = b$ se b é o único elemento de B associado pela função f ao elemento a de A . Se f é uma função de A em B , denota-se $f: A \rightarrow B$.

❖ **A função f_1 devolve o somatório³ dos resultados dos seguintes colchetes⁴ de Iverson⁵ estendidos⁶:**

[Necessidade Computacional atende função institucional Representação?] **10 : 0.**

[Necessidade Computacional atende função institucional Legiferação?] **10 : 0.**

[Necessidade Computacional atende função institucional Fiscalização?] **10 : 0.**

[Necessidade Computacional atende função institucional Representação?] **10 : 0.**

❖ **A função f_2 devolve o resultado do seguinte colchete de Iverson estendido:**

[Necessidade Computacional contribui para algum componente da Visão?] **10 : 0.**

❖ **A função f_3 devolve o resultado do seguinte colchete de Iverson estendido:**

[Necessidade Computacional tem indicação de prioridade pela Mesa Diretora] **30 : 0.**

❖ **A função f_4 devolve o resultado do seguinte colchete de Iverson estendido:**

[Necessidade Computacional contribui de forma relevante para o cumprimento de exigência legal ou decisão judicial?] **20 : 0.**

❖ **A função f_5 devolve o resultado de um, e apenas um, dos seguintes colchetes de Iverson estendidos:**

[Necessidade Computacional relaciona-se com tipo de aplicação Estratégica?] **20 : 0.**

OU

[Necessidade Computacional relaciona-se com tipo de aplicação Alto potencial?] **10 : 0.**

OU

[Necessidade Computacional relaciona-se com tipo de aplicação Operação chave?] **20 : 0.**

OU

[Necessidade Computacional relaciona-se com tipo de aplicação Suporte?] **0 : 0.**

³ **Somatório:** a soma de todos os valores. Assim, Somatório {1, 1, 1, 1} = 4; Somatório {1, 1, 0, 0} = 2; Somatório {1, 0, 0, 0} = 1 etc.

⁴ **Colchetes de Iverson:** em matemática, os colchetes de Iverson são definidos por: [P] = 1, se P é verdadeira; 0, caso contrário. P é uma proposição.

⁵ Em referência a Kenneth E. Iverson (1920-2004, matemático e cientista da computação canadense), criador da linguagem de programação APL e recebedor do Prêmio Turing (1979).

⁶ Em sua versão original, os colchetes de Iverson devolvem 1 ou 0. Nessa extensão, além de 1 ou 0, os colchetes de Iverson também devolvem outros valores como, por exemplo, 3.

3.5.5. Classificação por tipo de necessidade computacional

As necessidades computacionais estão agrupadas conforme sua natureza, de acordo com a seguinte classificação.

Participação popular

1. Informações institucionais para a população
2. Informações sobre momentos oportunos para participação popular
3. Canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população
4. Aplicações computacionais para participação popular

Atividade parlamentar

5. Informações sobre temas do Distrito Federal
6. Informações sobre políticas públicas
7. Informações para exercício do mandato parlamentar
8. Aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar

Atribuições institucionais

9. Informações para o cumprimento das atribuições da CLDF
10. Análises de grandes volumes de dados
11. Participação em redes sociais digitais
12. Implantação de autosserviço digital
13. Aplicações computacionais para processos institucionais
14. Conhecimento, formação e cultura digital

Capacidades computacionais

15. Aspectos organizacionais
16. Plataforma computacional
17. Sustentação computacional
18. Softwares aplicativos
19. Equipamentos computacionais

4. Inventário de necessidades computacionais

O inventário de necessidades computacionais foi compilado a partir de amplo levantamento de necessidades, abrangendo quatro fontes distintas.

A primeira fonte utilizada foi a definição de prioridades estabelecida pela Estratégia de Sistema de Informação da CLDF: conjunto de aplicações necessárias; saberes esperados e formação continuada, que envolve compreensão do Sistema de Informação da CLDF, formação

continuada em Computação e cultura digital; recursos a serem providenciados, notadamente organização e plataforma digital; e temas em foco.

A segunda fonte utilizada foram as respostas ao questionário encaminhado aos parlamentares para identificação de possibilidades de aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF. O questionário abordou as seguintes questões: inovações no relacionamento entre a Câmara e a população; assuntos institucionais de interesse da população; momentos oportunos para participação popular; soluções computacionais para contribuir para o exercício do mandato; soluções computacionais para facilitar e estimular a participação popular; carência de informações sobre temas do Distrito Federal; informações sobre políticas públicas para amparar o exercício do mandato parlamentar; e outras informações importantes para o exercício do mandato parlamentar. Além das respostas dos parlamentares, foram utilizadas também as respostas de membros do Comitê de Tecnologia da Informação a este mesmo questionário.

A terceira fonte utilizada foram as respostas ao questionário encaminhado às unidades organizacionais para levantamento de necessidades para aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF. O questionário abordou as seguintes necessidades computacionais: relativas à participação popular; de informações relevantes para o cumprimento das atribuições da unidade organizacional; de aplicações de computação; tecnológicas; e de recursos computacionais.

A quarta fonte utilizada foram os instrumentos de planejamento, incluindo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - Atualização 2020 e o relatório de parcerias para o plano setorial da Coordenadoria de Modernização e Informática para 2021.

No total, foram inventariadas e classificadas 464 necessidades computacionais, das quais 160 sobre participação popular, 50 sobre atividade parlamentar, 182 sobre atribuições institucionais e 72 sobre capacidades computacionais.

As necessidades registradas neste inventário estão agrupadas por tipo de necessidade computacional (ver seção 3.5.5) e são classificadas por função institucional (ver seção 3.5.1), por tipo de aplicação (ver seção 3.5.2), por estimativa de esforço (ver seção 3.5.3) e por relevância computacional legislativa (ver seção 3.5.4).

Na coluna "Visão" é feita a correspondência da necessidade com os componentes da visão projetada para o Sistema de Informação da CLDF, conforme especificados na Estratégia de Sistema de Informação (ver seção 2.2.5).

As seções a seguir apresentam as necessidades computacionais inventariadas, distribuídas em quatro categorias: participação popular, atividade parlamentar, atribuições institucionais e capacidades computacionais.

4.1. Participação popular

NEC-1. Informações institucionais para a população					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação) (esforço estimado)	Visão	Relevância
1.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para informar a população sobre assuntos institucionais.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	A	60
1.2	Mesa Diretora*	Garantia da instituição CLDF como uma instância fornecedora de informações confiáveis, institucionalmente certificadas.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tm,np	A	60
1.3	Deputado João Cardoso	Assuntos sobre transparência, eficiência e fiscalização.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	60
1.4	Deputado João Cardoso	Explicação por meio de técnicos da casa a respeito de projetos de lei, leis e decretos em tramitação ou votados.	Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	A	30
1.5	Deputada Júlia Lucy	Ferramentas de transparência, com informações pormenorizadas das atividades da casa, de fácil acesso, clara compreensão da execução orçamentária da CLDF, emendas, orçamento do GDF. Com informações simplificadas, didáticas, com utilização de BI.	Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg,np	A	40
1.6	Deputada Júlia Lucy	Informações sobre gastos dos parlamentares (verbas indenizatórias, cotas etc); viagens, diárias; salários, gastos extras; e presença.	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.7	Deputada Júlia Lucy	Informações sobre proposições legislativas, votos, motivações e discursos.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) cm,tm,np	A	60
1.8	Deputada Júlia Lucy	Disponibilizar todo o processo dos Projetos tramitados e em tramitação (Projeto inicial, pareceres em geral, MSG de encaminhamento para sanção, MSG de veto, MSG em geral) Tudo isso de	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A	40

		maneira estruturada, e sempre que necessário com documentação anexa (recibos, por exemplo).			
1.9	Deputada Júlia Lucy	Monitoramento pelo controle social de todas as fases de contratações de serviços, aquisições de bens e insumos.	Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tm,np	A	40
1.10	Deputada Júlia Lucy	Dados abertos sobre gastos e atividade legislativa, que ainda são um pouco limitados. Por exemplo, as informações de verbas indenizatórias estão disponíveis apenas até janeiro/2020 e não contém campo de justificativa para o gasto. Além disso, não há documentação anexa (notas fiscais em pdf, relatórios de prestação de serviço etc).	Fiscalização (estratégica) (++) cb,tm	A	40
1.11	Deputada Júlia Lucy	Ampla divulgação de grandes projetos com a participação da sociedade na confecção dos projetos básicos.	Representação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	A	30
1.12	Deputada Júlia Lucy	Transparência das Leis aprovadas com acesso simples e por temáticas.	Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.13	Deputada Júlia Lucy	Disponibilizar organograma da CLDF, informando quem são os nomeados para os cargos da área administrativa da casa, de livre provimento, requisitado ou efetivo, e quem indicou, com disponibilização do currículo, para que a população veja o caráter técnico na nomeação.	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.14	Deputado Leandro Grass	Informações sobre os projetos de lei em tramitação.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	40
1.15	Deputado Leandro Grass	Informações sobre as audiências públicas.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	A	60
1.16	Deputado Leandro Grass	Gastos da CLDF e demais informações básicas que atestem transparência.	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.17	Deputado Leandro Grass	Informações sobre as ações de fiscalização dos mandatos.	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.18	Deputado Martins Machado	Informações sobre proposições, eventos e debates.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave)	A	60

			(+++) cb,tm,np		
1.19	Deputado Professor Reginaldo Veras	Clareza da função parlamentar distrital.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	A	60
1.20	Deputado Professor Reginaldo Veras	Os projetos de leis e as indicações disponibilizadas por região de forma clara e gráfica, para que a população possa fazer pressão também ao Executivo, principalmente em temas polêmicos.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cb,tm,np	A	60
1.21	Deputado Professor Reginaldo Veras	Produção da Casa exposta através de gráficos para acompanhamento pela população.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	A	60
1.22	Deputado Professor Reginaldo Veras	Informações sobre tramitação dos processos.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tm	A	60
1.23	Deputado Professor Reginaldo Veras	Informações sobre execução orçamentária de forma simples e direta.	Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tm	A	40
1.24	Deputado Professor Reginaldo Veras	É importante deixar de fácil acesso, no portal, uma espécie de manual para o cidadão entender como funciona as etapas de um projeto de lei após sua aprovação, o caminho a percorrer e os prazos até que passe a ser Lei e entra em vigor.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	40
1.25	Deputado Robério Negreiros	A informação das leis que beneficiam a população, assim como propagandas de conscientização sobre os seus direitos.	Representação (estratégica) (++) cb,tp,np	A	40
1.26	Deputado Robério Negreiros	Divulgação das ferramentas de fiscalização disponíveis na página da CLDF, bem como do funcionamento da Ouvidoria do GDF, e portal de andamento das consultas e cirurgias da Secretaria de Saúde, dentre outras demandas básicas.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	A	40
1.27	Deputado Valdelino Barcelos	A disseminação da informação precisa ser geral, sobre todo e qualquer assunto, mais ou menos polêmico, mais ou menos complexo, mais ou menos popular.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) ca,tg,np	A	60

1.28	Comissão dos Anais e Memória - CAM	A população poder acessar as informações referentes a: mesas diretoras; criação de blocos e frentes parlamentares; títulos de cidadãos beneméritos e honorários; folhas de frequência dos deputados; e pronunciamentos dos deputados.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	A	60
1.29	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Agendas e atividades de todos os parlamentares.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) cb,tm,np	A	60
1.30	Comitê de tecnologia da Informação - CTI	Informações sobre tramitação de proposições legislativas (principalmente as que afetam o dia a dia do cidadão).	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) cm,tm,np	A	60
1.31	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Informações sobre o papel de fiscalização dos atos do Poder Executivo.	Representação Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	A	50
1.32	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Informações sobre ações de fiscalização realizadas pelo Poder Legislativo, principalmente em resposta a demandas da população e entidades da sociedade civil.	Representação Fiscalização (operação chave) (+++) cb,tm,np	A	50
1.33	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Respostas a demandas diversas da população encaminhadas à CLDF.	Representação (operação chave) (++) cb,tp,np	A	40
1.34	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Informações sobre gastos públicos tanto da CLDF quanto do Distrito Federal (a exemplo do Siga Brasil do Senado Federal), com a premissa da publicidade e transparência efetiva, o que implica em simplificação e democratização da linguagem.	Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg,np	A	40
1.35	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Informações sobre a elaboração do orçamento do Distrito Federal.	Legiferação (estratégica) (++) ca,tm	A	40
1.36	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Oferecer para a população acesso ao áudio de eventos, de forma simples, tanto no momento de realização, como posterior.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	60

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-2. Informações sobre momentos oportunos para participação popular					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
2.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para informar a população sobre momentos oportunos para participação popular em assuntos institucionais de seu interesse.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	60
2.2	Deputado João Cardoso	Principalmente o início da tramitação de qualquer tema.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	B	60
2.3	Deputada Júlia Lucy	Audiências públicas.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	B	60
2.4	Deputada Júlia Lucy	Votações que gerem aumento de gastos, criem privilégios aos servidores / políticos, ou imponham limitações ao cidadão.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	B	60
2.5	Deputado Leandro Grass	Tramitação do projeto de lei, para que as pessoas possam contribuir no texto.	Representação Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	B	50
2.6	Deputado Leandro Grass	Consulta pública aos projetos de lei.	Representação Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.7	Deputado Leandro Grass	Audiências setoriais para discussão da LDO e da LOA (Saúde, segurança, educação, assistência...).	Representação Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.8	Deputado Martins Machado	Todos os momentos são oportunos. A prestação de contas acontece em todos os momentos, sobre todos os assuntos.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg,np	B	60

2.9	Deputado Professor Reginaldo Veras	Durante a concepção dos projetos de lei.	Representação Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.10	Deputado Professor Reginaldo Veras	Durante a tramitação da Lei Orçamentária deveria haver maior incentivo à participação popular, especialmente em grandes temas, como educação e saúde.	Representação Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.11	Deputado Robério Negreiros	Os assuntos relacionados à economia, regularização fundiária, bem-estar social e empregabilidade, são temas que a população deveria ser informada para dar a sua opinião, mesmo que de forma virtual.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	B	60
2.12	Deputado Valdelino Barcelos	Todos os momentos são oportunos. Até reuniões privadas, que por algum motivo sejam realizadas de forma fechada, posteriormente precisam ser informadas à população. A prestação de contas acontece em todos os momentos, sobre todos os assuntos.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg,np	B	60
2.13	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Debate de temas afetos às Comissões.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cb,tm,np	B	60
2.14	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Debate amplo, com diferentes setores, dos projetos de lei em tramitação na Comissão.	Representação Legiferação (estratégica) (+++) cb,tm,np	B	50
2.15	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Durante a tramitação de proposições polêmicas.	Representação Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.16	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Situações extraordinárias, como impeachments e CPIs, quando o Poder Legislativo tem responsabilidade em questões cruciais para a vida política de forma geral.	Representação Fiscalização (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50
2.17	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Apreciação de programas governamentais do Poder Executivo.	Representação Fiscalização (estratégica) (++) cb,tp,np	B	50

2.18	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Discussão prévia quanto ao mérito das proposições ou medidas, inclusive administrativas.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cb,tm,np	B	60
------	--	--	--	---	----

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-3. Canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
3.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para relacionamento entre Câmara e população.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg,np	H	60
3.2	Deputado João Cardoso	Canal aberto de contato com a CLDF, nos meios de comunicação mais utilizados: Telegram, Whatsapp, Messenger, Direct e demais ferramentas, onde todos os deputados tivessem acesso as interações para ter mais assertividade em comunhão e sintonia com a população.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+++) cm,tm,np	H	50
3.3	Deputado João Cardoso	A utilização das redes sociais já existentes com seus aplicativos de contatos diretos com a Casa, pois as estruturas de TV, aplicativos e espaços de inovação hoje existentes são pouco utilizados, com baixo conhecimento da sociedade, baixa participação e de difícil entendimento e pesquisa.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.4	Deputado João Cardoso	A mudança no meio de comunicação entre a casa e a sociedade, havendo maneiras digitais de contato com a sociedade, a exemplo do senado federal e de inúmeras empresas do setor privado onde o cliente (cidadão) conversa quase que online com a empresa.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg,np	H	60
3.5	Deputada Júlia Lucy	Ferramentas de dados abertos, com informações pormenorizadas das atividades da casa.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tm,np	H	60

3.6	Deputada Júlia Lucy	Divulgar com maior ênfase a estrutura do LABHINOVA.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+) cb,tp	H	50
3.7	Deputado Leandro Grass	Inovações baseadas no portal e-democracia da Câmara dos Deputados.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.8	Deputado Leandro Grass	Inovações baseadas no portal e-cidadania do Senado Federal.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+++) ca,tm,np	H	50
3.9	Deputado Leandro Grass	Inovações baseadas no portal Latinno - Inovações para a Democracia na América Latina.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+++) ca,tg,np	H	50
3.10	Deputado Martins Machado	A população poder participar de Audiências Públicas, Sessões Solenes, Sessões Plenárias, Construção do Orçamento Participativo, Reuniões de Comissões, sem precisar se locomover até a Câmara Legislativa, por meio de um processo de relacionamento onde as pessoas podem opinar, sugerir, criticar e debater.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tm,np	H	60
3.11	Deputado Professor Reginaldo Veras	Gerar a possibilidade de integração com as redes sociais, a fim de tornar o acesso ao que é produzido (projetos de leis, indicações etc) mais fácil e transparente ao cidadão, até mesmo para assessoria dos parlamentares.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+++) ca,tg	H	50
3.12	Deputado Professor Reginaldo Veras	A iniciativa do Labhinova com o portal de dados abertos precisa ser melhor divulgada e o caminho para a obtenção dos dados por este gerado, precisa ser mais simplificado.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+) cb,tp	H	60
3.13	Deputado Professor Reginaldo Veras	O portal da CLDF deve ser agradável visualmente para atrair a atenção do cidadão.	Representação Legiferação Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	H	60
3.14	Deputado Robério Negreiros	O Labhinova, que é um laboratório de informações sobre o Legislativo local	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial)	H	50

			(++) cm,tm		
3.15	Deputado Robério Negreiros	A plataforma e-democracia, criada para ampliar a participação popular no processo legislativo.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.16	Deputado Robério Negreiros	Dados Abertos, que é uma ferramenta de transparência e maior aproximação entre a população e o legislativo local.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (++) cb,tm	H	60
3.17	Deputado Valdelino Barcelos	A participação popular de forma remota, em que a população pode participar de Audiências Públicas, Sessões Solenes, Sessões Plenárias, Construção do Orçamento Participativo, Reuniões de Comissões, sem precisar se locomover até a Câmara Legislativa. Isso abre as portas da CLDF para pessoas que atualmente não participam do processo legislativo por motivos de saúde, conflito de horários, incapacidade financeira e outros. Criar esse processo de relacionamento, onde as pessoas podem opinar, sugerir, criticar e debater.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ cm,tm,np	H	60
3.18	Área de Sistema de Informação - ASI	Implementar portal de relacionamento entre a Câmara Legislativa e a população.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cm,tm	H	50
3.19	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Canal de comunicação com os Deputados membros da Comissão.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.20	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Utilizar o e-Democracia administrado pelo Labhinova para a população participar ao vivo nos debates dos eventos legislativos.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.21	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	A modernização e ampliação do portal da CLDF, dos diversos sistemas existentes e digitalização dos serviços (transformação digital), com foco no aspecto visual e de usabilidade (centrado no cidadão), com uso de novas tecnologias de modo a facilitar a navegação e a interação com a	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ ca,tg,np	H	60

		sociedade, permitindo que até o cidadão mais simples possa se informar e ter sua manifestação acolhida pela Câmara. Para isso, sugere-se o de técnicas de experiência do usuário, design thinking, inteligência artificial, chatbot, digitalização de serviços, integração com aplicações móveis, integração com redes sociais diversas, uso de aplicativos de mensagens instantâneas e SMS para coletar a opinião (com uso de técnicas como Fit for Purpose, por exemplo) e as demandas da sociedade e dar um retorno ao cidadão que busca se informar ou contribuir com a atuação da Câmara Legislativa.			
3.22	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Uso de diversos canais para recebimento de demandas bem como para dar publicidade às matérias que tramitam na Casa e também a atuação da CLDF (redes sociais, portal, aplicativos, etc...).	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ cm,tg,np	H	60
3.23	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Audiências públicas com maior participação popular de forma remota, em tempo real.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (+++ cm,tg,np	H	60
3.24	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Canais virtuais (estação com computador e internet destinados à inclusão digital) disponíveis em locais com grande movimentação de pessoas - por exemplo, escolas, bibliotecas e terminais de transporte - que promovessem o envio de demandas. Uma central virtual de serviços que pudesse oferecer ao cidadão possibilidades de comunicação com diferentes órgãos governamentais, inclusive a CLDF.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tm	H	50
3.25	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	A Câmara buscar a aproximação com o cidadão de maneira ativa, interagindo nas diversas redes sociais, seja nos perfis da CLDF, seja em qualquer momento quando a CLDF ou temas em tramitação na Câmara seja citados, a exemplo de empresas que monitoram as redes sociais e interagem com seus clientes.	Representação Legiferação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	H	50
3.26	Unidade de Saúde, Educação,	A política de dados abertos precisa ser fortalecida, para que a população tenha acesso às informações relevantes	Representação Fiscalização Legiferação	A	60

	Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - USE	sobre a Câmara Legislativa.	(estratégica) (++) cb,tm		
--	--	-----------------------------	--------------------------	--	--

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-4. Aplicações computacionais para participação popular					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
4.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para participação popular.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.2	Mesa Diretora*	Ampliação da participação social na elaboração de políticas públicas.	Representação Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	40
4.3	Mesa Diretora*	Ampliação da participação social no processo legislativo.	Representação Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	40
4.4	Mesa Diretora*	Ampliação da participação social nos processos de fiscalização.	Representação Fiscalização (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	40
4.5	Mesa Diretora*	Colaboração da sociedade a partir da proposição de desafios, tais como problemas computacionais legislativos, jogos digitais na temática legislativa, etc.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	C	50
4.6	Deputado João Cardoso	No início da tramitação de qualquer tema, seria razoável haver um prazo de no mínimo 15 dias para a população poder manifestar oficialmente em cada processo para os deputados analisarem as opiniões diversas e poder observar mais argumentos e dados. Essas observações deveriam ficar disponíveis a todos os gabinetes para entendermos as opiniões formadas por outros parlamentares e	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	B	60

		nos dar mais embasamentos técnico para os projetos.			
4.7	Deputado João Cardoso	Questionário na portaria, e a realização de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre projetos na CLDF, com o repasse para todos os deputados dos resultados para basear ações mais assertivas.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.8	Deputada Júlia Lucy	Facilitar o acesso aos dados. Cliques necessários para chegar a qualquer informação, atualmente é exaustivo e confuso (ex. ordem do dia). O site é pouco intuitivo e é comum que diversas áreas deem problema.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tm	C	60
4.9	Deputada Júlia Lucy	Desenvolvimento de aplicativo que permita a participação da população em sessões e na fiscalização, principalmente em informar os problemas em sua RA, com encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e denúncias.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.10	Deputado Leandro Grass	Reconhecimento da CLDF às plataformas já existentes para apresentação de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, a exemplo do Mudamos+. Não é necessário que a Casa tenha uma ferramenta própria, pois as já existentes são de código aberto e com validação segura.	Representação Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	40
4.11	Deputado Leandro Grass	Mais vinculação do e-democracia com a página oficial da CLDF, disponibilizando links da wikilegis, consulta pública e audiências interativas na tela inicial.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.12	Deputado Leandro Grass	Inclusão do projeto de lei na wikilegis para que as pessoas possam contribuir no texto durante a tramitação.	Representação Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	B	50
4.13	Deputado Leandro Grass	Consulta pública aos projetos de lei, a exemplo do que acontece nos parlamentos federais.	Representação Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	B	50
4.14	Deputado Leandro Grass	Audiências setoriais para discussão da LDO e da LOA (Saúde, segurança, educação, assistência...).	Representação Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	B	50
4.15	Deputado Leandro Grass	Hotsite de cada deputado na página inicial da CLDF, com todos os projetos,	Representação Fiscalização	A C	60

		requerimentos, indicações e audiências já realizadas pelos mandatos.	Legiferação (operação chave) (+++ cm,tg		
4.16	Deputado Leandro Grass	Maior acessibilidade aos dados de transparência da casa. As planilhas de demonstrativos de pessoal são confusas e pouco inteligíveis.	Fiscalização (operação chave) (+++ cm,tm,np	A C	40
4.17	Deputado Martins Machado	Prestar contas e tornar o processo técnico mais acessível a todos, com novas linguagens e em canais de disseminação populares.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégico) (+++ cm,tm,np	A C	60
4.18	Deputado Martins Machado	Os canais de participação popular precisam estar sempre abertos, garantindo a democracia, especialmente quando decisões são tomadas em trabalho remoto.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	C	50
4.19	Deputado Professor Reginaldo Veras	Exposição de forma gráfica a tramitação dos projeto de leis, mostrando o fluxo do processo durante o caminho percorrido dentro das comissões até chegar ao plenário – durante cada etapa a população poderia ir opinando e fornecendo sugestões, uma forma de implementar a participação popular, ponto focal da nossa Constituição, mais efetiva. Não é sempre que o cidadão pode se deslocar até à CLDF para participar do processo legislativo.	Representação Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	A C	40
4.20	Deputado Professor Reginaldo Veras	A divulgação, no portal da CLDF, das leis aprovadas pelos parlamentares, por temas, por meio de busca fácil e rápida pela população.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	40
4.21	Deputado Professor Reginaldo Veras	Um aplicativo da CLDF com as principais informações, de forma objetiva e de fácil entendimento para o cidadão.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tp	A C	50
4.22	Deputado Professor Reginaldo Veras	Promover enquetes em seu portal sempre que houver um projeto polêmico.	Representação Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	40
4.23	Deputado Robério Negreiros	Uso dos meios computacionais para facilitar a participação popular uma vez que de onde estiver podem opinar sobre os assuntos debatidos em Plenário ou Auditório da Casa.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	C	50

4.24	Deputado Valdelino Barcelos	Criação de um aplicativo para dispositivos móveis, para acompanhamento das ações, a exemplo do que já existe na Câmara Federal.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	A C	50
4.25	Deputado Valdelino Barcelos	Possibilitar que todo cidadão possa participar das ações da Câmara Legislativa, de onde estiver.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.26	Deputado Valdelino Barcelos	Os canais de participação precisam estar sempre abertos, garantindo a democracia, de forma que o poder público não tome decisões sem que a população seja consultada.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.27	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular: fórum de debates.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.28	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular: rede de interesses.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.29	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular por meio da interação entre cidadãos e deputados, durante audiências públicas, sessões plenárias e reuniões de comissão.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.30	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular por meio de relatos de problemas sociais.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.31	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular por meio de apoio a proposições em tramitação.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tp	C	50
4.32	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular por meio de sugestão de emendas a proposições em tramitação.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.33	Área de Sistema de Informação -	Aplicação de computação para participação popular por meio de elaboração colaborativa de proposição	Representação Fiscalização Legiferação	C	50

	ASI	de iniciativa popular.	(alto potencial) (+++) ca,tg		
4.34	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para participação popular por meio de coordenação de coleta de assinaturas para proposições legislativas de iniciativa popular .	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg	C	50
4.35	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para audiência pública digital.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	C	50
4.36	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicação de computação para inserção de notícias legislativas em redes sociais, por inteligência artificial.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg	A C	50
4.37	Assessoria Legislativa - ASSEL	Facilitar a fiscalização por meio de soluções computacionais.	Fiscalização (alto potencial) (++) cm,tm,np	C	30
4.38	Assessoria Legislativa - ASSEL	Possibilitar a participação popular por meio da sugestão de projetos de lei.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.39	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Transmissão em tempo real das reuniões da comissão.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	60
4.40	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Acesso mais direto às proposições que estão em discussão na Comissão.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	60
4.41	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Interação e disponibilidade ao público.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50
4.42	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Aplicativo para facilitar a comunicação com os parlamentares.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.43	Comissão de	Aplicativo para acompanhamento das	Representação	A	60

	Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	sessões plenárias e reuniões de comissão.	Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	C	
4.44	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Estrutura de acesso externo para cadastramento/acompanhamento do andamento das proposições no SEI ou no Sistema de Processo Legislativo.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	C	60
4.45	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Transmissão ao vivo das sessões legislativas, bem como das reuniões das Comissões.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	60
4.46	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Implementação de canais que permitam ao cidadão e a sociedade civil organizada participar na discussão prévia quanto ao mérito das proposições ou medidas, inclusive administrativas, por meio de canais de comunicação (efetivos e de fácil acesso), que poderiam inclusive notificar ao cidadão interessado tanto em proposições específicas quanto a temas em que os mesmos tenham interesse, de modo a fomentar a sua participação.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	C	50
4.47	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Enquetes públicas sobre as proposições.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.48	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Possibilidade de apresentação de ideias legislativas, pela internet, e sua posterior conversão em proposições legislativas pelo corpo técnico da casa.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.49	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Abertura de um canal em que a população possa requerer a atividade fiscalizadora dos Deputados via Internet.	Representação Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	40
4.50	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Aplicativos que permitam o envio de sugestões diretamente para deputados e comissões (sugestões diversas - projeto de lei, denúncia e propostas de evento).	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	C	50
4.51	Comitê de	Aplicativo com envio de informes sobre	Representação	A	50

	Tecnologia da Informação - CTI	eventos e projetos de lei em tramitação.	Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tm	C	
4.52	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Plataforma digital de cursos e palestras sobre diferentes temas relacionados à CLDF: elaboração de leis, orçamento, participação popular, direitos humanos, sustentabilidade etc.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+) cb,tp	A C	60
4.53	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Transformação digital dos serviços da CLDF, com foco no usuário e na usabilidade, com o estabelecimento de padrões de interface, de modo a garantir uma experiência única e efetiva com os diversos serviços e canais de comunicação e interação ofertados pela CLDF, uma vez que os serviços existentes, ainda concentrados no portal da CLDF, apresentam diversos padrões e pouca usabilidade e de difícil compreensão para o cidadão médio, o que pode ser uma das causas do baixo número de acessos e interações.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégico) (+++) ca,tg	C	60
4.54	Coordenadoria de Cerimonial - CERIM	Cidadão interagir de forma mais eficiente com os gabinetes e setores da Casa, utilizando os meios eletrônicos que estarão a disposição da população.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
4.55	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Aplicações alinhadas aos dispositivos móveis. Atualmente no DF seus cidadãos possuem fácil acesso a internet por meio de celulares, tablets e outros dispositivos móveis e a instituição precisa ter um portal responsivo e adequado para esses dispositivos, ter seus sistemas interligados e internet e ter também uma boa campanha publicitária sobre esses sistemas.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	C	60
4.56	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Divulgação das medidas adotadas para promover a segurança do cidadão que queira visitar a Câmara Legislativa do DF, disponibilizando um canal para interação para elucidar dúvidas e registrar sugestões de melhorias.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	A C	50
4.57	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Ampliação de informações relevantes ao cidadão através de mensagem de texto ou aplicativo específico sobre temas de seu interesse.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	A C	50

4.58	Divisão de Seguridade Social - DSS	Divulgar a maioria das ações pelas mídias sociais.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A C	50
4.59	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	A oferta de eventos a distância, ou de conteúdos educativos por meio de aplicativos para dispositivos móveis pode ser uma boa estratégia de formar cidadãos, bem como de estimular a participação popular nas atividades da CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	A C	50
4.60	Gabinete da Vice-Presidência - GVP	Criação e disponibilização de apps que permitam interação com o poder legislativo, seja por meio de participação direta ou apenas para consultas.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	C	50
4.61	Ouvidoria - OUV	Implementar canal de comunicação digital com o poder legislativo em cada papel que realiza: fiscalizar, representar, legiferar. E vale redes sociais, aplicativos, ferramentas de comunicação em smarthphone ou computador ou notebook, até totem! As soluções podem ser usadas para captar sugestões e críticas de legislação, podem ser usadas para solicitar legislação, podem ser usadas para manifestar opiniões a favor ou contra a norma a ser votada, ou a ser criada, ou a questão a ser melhorada ou fiscalizada e ainda, muito importante, serem usadas para oferecer conhecimento - até porque a maioria nada sabe do processo legislativo nem de orçamento - e transparência é o que todos desejamos para um país justo correto e melhor. Empoderar o cidadão por meio de educação.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	C	50
4.62	Seção de Administração de Sistemas - SEASI	Aplicativos para audiência pública, comissões e plenário, com informações e sugestões nos projetos de leis.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg,np	A C	50
4.63	Seção de Atendimento e Cultura Digital - SEATI	Aplicações como ferramentas para acompanhamento de gestão de contratos.	Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	A C	40
4.64	Seção de	A divulgação virtual nas mais diversas	Representação	A	50

	Editoração - SEDIT	mídias e redes sociais amplifica o acesso à informação institucional, rápida e correta, produzida diretamente pela CLDF, aproximando o órgão do cidadão.	Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg	C	
4.65	Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - SEINF	A utilização de aplicações móveis pode aumentar a participação popular na interação com o processo legislativo.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+) cb,tp	C	50
4.66	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Transmissão de áudio via <i>streaming</i> para atendimento à população, deputados, sociedade civil.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	60
4.67	Setor de Apoio às Comissões Permanentes - SACP	Proporcionar maior acessibilidade à tramitação das proposições.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A C	60
4.68	Setor de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	A transmissão online das reuniões com um canal via internet para a participação da população, com perguntas.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A C	50
4.69	Setor de Assistência Social - SASO	Divulgação de eventos e participação ou acompanhamento remoto.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A C	50
4.70	Setor de Biblioteca - SBIB	A Biblioteca disponibilizar totens de pesquisa de leis em Bibliotecas Públicas nas RAs para promover o acesso à legislação do DF e incentivar o exercício da cidadania.	Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A C	30
4.71	Setor de Contabilidade - SECON	Aplicativos de smartphones para o cidadão consultar dados da transparência, acompanhar sessões legislativas, etc.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	A C	50
4.72	Setor de Gestão de Documentos e Arquivos - SGDA	Disponibilizar as informações armazenadas no acervo para consulta, e assim aumentar o número de pesquisadores não apenas para o DF, mas para toda a rede de computadores do mundo. Por meio de aplicativos, com indexações previamente estipuladas pelo SGDA, tornará o	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A C	60

		trabalho dos parlamentares da CLDF visível para todas as pessoas que tem interesse em documentações neste nicho. Além disso, possibilitará a troca de informações com outras instituições de gestão de informações do país.			
4.73	Seção de Planejamento e Controle de Segurança - SPCS	Divulgação digital dos trabalhos realizados na CLDF, disponibilizando um canal para interação e solicitação de serviços de interesse da população.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	A C	50
4.74	Setor de Protocolo Legislativo - SPL	Oferecer acesso às informações por sistema apropriado para smartphones.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A C	60
4.75	Seção de Segurança Patrimonial - SSP	Nas audiências públicas, usar smartphones para maior interação entre o público e entre os parlamentares e assessoria técnica para melhor compreensão dos temas a serem apresentados.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	C	50
4.76	Setor de Taquigrafia - SETAQ	Disponibilizar todas as notas geradas no setor de taquigrafia para a população, por meio da internet ou de aplicativos a serem criados.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A C	60
4.77	Setor de Tramitação, Ata e Súmula - SETAS	Fazer o link entre a CLDF e a população, disponibilizando totens, em lugares de grande circulação, com informações a respeito das sessões plenárias, das Reuniões de Comissões Temáticas, bem como das Leis de interesse da população.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A C	50
4.78	Unidade de Redação Parlamentar e Consolidação de Textos Legislativos - URP	Oferecer à população um canal mais fácil e acessível, para manifestar a sua opinião.	Representação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	30
4.79	Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - USE	Por meio do uso de aplicativos, a população participar das discussões em relação às proposições e aos temas que são debatidos na CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++) cm,tm,np	C	50

4.80	Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - USE	Por meio do uso de aplicativos, a população ter acesso a informações relevantes em relação a todos os gastos desta Casa de Leis, abrindo ainda mais os dados e fortalecendo o princípio da transparência. Quanto custa para a população a aprovação de uma lei, quanto a CLDF gasta com cada parlamentar por mês, qual o gasto com a manutenção da parte administrativa da Casa?	Fiscalização (operação chave) (+++ cm,tm,np)	A C	40
------	--	--	---	--------	----

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

4.2. Atividade parlamentar

NEC-5. Informações sobre temas do Distrito Federal					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
5.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para informar parlamentares sobre os temas do Distrito Federal.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg)	D	60
5.2	Deputado João Cardoso	Compartilhamento de informações e esclarecimento de detalhes técnicos e/ou políticos sobre temas relevantes e dados técnicos, financeiros, contábeis, atualizações, processos e ações já iniciados ou informações dos processos no órgão de origem.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg)	D	60
5.3	Deputado Leandro Grass	Dados do GDF, especialmente na área da assistência social.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg)	D	60
5.4	Deputado Leandro Grass	Transparência ativa na área orçamentária.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ cm,tm,np)	D	60
5.5	Deputado Martins Machado	Necessidades das pessoas, estatísticas, pesquisas, dados informativos, notícias da imprensa, etc. Todas as áreas	Representação Fiscalização Legiferação	D	60

		sensíveis deveriam ser melhor preparadas para isso: saúde, educação, segurança, transporte, geração de emprego e renda, infraestrutura das cidades, habitação, desenvolvimento econômico.	(estratégica) (+++) ca,tg,np		
5.6	Deputado Valdelino Barcelos	Necessidades das pessoas, estatísticas, pesquisas, dados informativos, notícias da imprensa, etc. Todas as áreas sensíveis deveriam ser melhor preparadas para isso: saúde, educação, segurança, transporte, geração de emprego e renda, infraestrutura das cidades, habitação, desenvolvimento econômico.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg,np	D	60
5.7	Área de Sistema de Informação - ASI	<p>Informações sobre a realidade do Distrito Federal abrangendo, pelo menos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ordem social: família; seguridade social; saúde; previdência social; assistência social; educação; cultura; desporto; lazer; ciência; tecnologia; pesquisa; desenvolvimento; inovação; comunicação social; meio ambiente; segurança; moradia; alimentação; trabalho; transporte; saneamento básico. - ordem territorial: cidade; uso e ocupação do solo urbano; propriedade rural. - ordem econômica: turismo; produção; mercado interno; consumo; abastecimento alimentar. - pessoa humana: população; direitos fundamentais invioláveis; direitos sociais; qualidade de vida; pobreza; dignidade da pessoa humana; pessoas com deficiência; desamparados; maternidade; infância; juventude; pessoas idosas; índios. 	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	D	60
5.8	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Dados socioeconômicos, dados territoriais, dados educacionais, dados sobre mobilidade urbana, dados ambientais, dados da segurança pública, questões de uso e ocupação do solo, dados sobre o sistema de saúde sempre atualizados e, no caso atual, dados sobre a epidemia de Covid-19.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	D	60
5.9	Unidade de Saúde, Educação,	Informações consolidadas sobre várias áreas, como adolescentes, idosos, assistência social. Os dados estão	Representação Fiscalização Legiferação	D	60

	Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - USE	espalhados em vários órgãos e instituições, sem consolidação.	(estratégica) (+++) ca,tg		
--	--	---	-------------------------------------	--	--

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-6. Informações sobre políticas públicas					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
6.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para sistematizar conhecimento sobre as políticas públicas.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	E	60
6.2	Deputado João Cardoso	Documentação completa dos processos e projetos de lei, incluindo dados finalísticos dos projetos, com as reais necessidades e intenções.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	E	60
6.3	Deputada Júlia Lucy	Divulgação das políticas públicas implementadas por cada órgão do Executivo, para maior divulgação à sociedade.	Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tg	E	40
6.4	Deputado Leandro Grass	Justificativas das recorrentes mudanças administrativas por decreto.	Fiscalização (estratégica) (++) cb,tp,np	E	40
6.5	Deputado Leandro Grass	Monitoramento das políticas públicas, não só na apresentação dos relatórios.	Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg	E	40
6.6	Deputado Leandro Grass	Execução do orçamento obrigatório e monitoramento em tempo real.	Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg	E	40
6.7	Deputado Martins Machado	Os poderes precisam conversar melhor entre si.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	E	60
6.8	Deputado Professor	É preciso haver um link direto entre CLDF e GDF. O Executivo envia PLs	Legiferação (estratégica)	E	40

	Reginaldo Veras	para aprovação e os distritais não sabem exatamente quais objetivos são pretendidos.	(++) cb,tp,np		
6.9	Deputado Valdelino Barcelos	Os poderes precisam conversar melhor entre si.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cb,tp,np	E	60
6.10	Área de Sistema de Informação - ASI	Conhecimento sistematizado sobre as políticas públicas: políticas de ciência e tecnologia, políticas de direitos humanos, política de desenvolvimento urbano; política agrícola; políticas de saúde; políticas sociais; políticas econômicas; política de educação para a segurança do trânsito; programas de educação infantil e de ensino fundamental; programas suplementares de educação; programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem; programas de construção de moradias; integração social dos setores desfavorecidos; dentre outras.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	E	60
6.11	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Informação sobre carências da população do DF, dados demográficos e resultados de políticas públicas anteriores.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	D E	60
6.12	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso aos Cadernos de Responsabilidade Ativa, atualmente Sistema GestãoDF para acesso ao Sistema de Avaliação de Políticas Públicas do GDF. Já com resposta positiva do GDF, sem ainda, detalhamento pela comissão de dados necessários.	Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	E	40
6.13	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Dados sobre uso e ocupação do solo; dados sobre o Sistema de Saúde.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	E	60
6.14	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	A padronização e consolidação de informações orçamentárias e de políticas públicas pela CLDF, a exemplo, mas não limitado ao SIGA Brasil (https://www12.senado.leg.br/orcament/o/sigabrasil), do Senado Federal, que é um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg,np	E	60

		acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, é imprescindível aos parlamentares e à população do DF. Assim, a CLDF deveria dotar os parlamentares de painéis diversos de <i>business intelligence</i> – BI, com informações atualizadas constantemente, para acompanhamento de políticas públicas e do orçamento do Distrito Federal, permitindo o exercício efetivo da representação, legislação e fiscalização conferidos pelo mandato parlamentar.			
6.15	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Informações sobre contratações de soluções de TI, normativos e decisões do TCDF, projetos de inclusão digital em andamento para fomento da atividade legislativa.	Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cb,tm,np	E	60
6.16	Setor de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Possibilidade de consulta sobre as políticas públicas ligadas ao tema específico de cada comissão temporária.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	E	60

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC- 7. Informações para exercício do mandato parlamentar					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
7.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para informar parlamentares sobre assuntos institucionais em que atuam.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	F	60
7.2	Deputado João Cardoso	Dados de auditorias, tomadas de contas, processos similares em outras secretarias ou órgãos do GDF.	Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tm,np	F	40
7.3	Deputado João Cardoso	Similaridade dos projetos que existem em outros estados.	Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	F	40
7.4	Deputada	Transparência dos cargos comissionados	Fiscalização	F	40

	Júlia Lucy	da CLDF, bem como a divulgação das capacidades técnicas desta força de trabalho.	(estratégica) (++) cb,tp,np		
7.5	Deputado Leandro Grass	Operações de crédito do GDF.	Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	F	40
7.6	Deputado Leandro Grass	Dados do IPREV.	Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	F	40
7.7	Deputado Professor Reginaldo Veras	É preciso acesso mais fácil dos parlamentares às informações das Secretarias. Um requerimento de informações é um processo demorado e burocrático. Pode-se utilizar ferramentas tecnológicas para agilizar essas informações.	Fiscalização (estratégica) (+++ cm,tm,np	F	40
7.8	Deputado Robério Negreiros	As informações de dados estatísticos de cada região administrativa sobre o acesso à internet. As plataformas de pesquisas precisam ser de amplo conhecimento da população e de fácil manuseio.	Representação (estratégica) (++) cm,tm	F	40

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-8. Aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
8.1	Mesa Diretora*	Aplicações para acompanhamento da implantação das leis.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg	F	60
8.2	Mesa Diretora*	Aplicações para acompanhamento das políticas públicas.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg	E F	60
8.3	Deputado João Cardoso	A disponibilização de notebook aos gabinetes, com acesso a intranet, para os servidores atuarem nas suas residências com pesquisas e elaborações (exemplo bem-sucedido nessa pandemia de acesso remoto aos	Representação Fiscalização Legiferação (suporte) (+) cb,tp	F G	40

		computadores da CLDF).			
8.4	Deputado João Cardoso	Criação de rede de informação integrada a ser disponibilizada a todos os gabinetes, com informações que possam subsidiar mais informações aos parlamentares e assessoria.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	F	60
8.5	Deputada Júlia Lucy	Fazer com que os parlamentares possam ser observados e cobrados sobre sua atuação, além de coletar a opinião de cidadãos acerca das prioridades.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ cm,tm,np	F	60
8.6	Deputada Júlia Lucy	Disponibilizar acesso de todos os sistemas do GDF (Ex. SEI, e-Contratos etc.)	Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	F	40
8.7	Deputada Júlia Lucy	Para os trabalhos com fiscalização é importante que seja implantado ferramenta de BI - <i>Business Intelligence</i> . As ferramentas de BI facilitam o uso de dados corretos e a visualização de maneiras que nos permitam entender o que eles significam.	Fiscalização (alto potencial) (++) cm,tm	F	30
8.8	Deputado Leandro Grass	Fortalecer a transparência das ações parlamentares, fornecendo mais informações sobre os deputados e dando ao cidadão mais canais para opinar sobre projetos e resoluções.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ cm,tm,np	A C	60
8.9	Deputado Professor Reginaldo Veras	Trazar sugestões dos cidadãos de forma direta, a partir de um portal interativo cujo acesso a cada parlamentar seja feito de forma direta como acontece, por exemplo, no uso dos chatbots.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ cm,tm,np	C F	50
8.10	Deputado Robério Negreiros	Em relação ao mandato, o uso das ferramentas computacionais é de extrema importância, uma vez, que a população pode dar sugestões e cobrar soluções apresentadas em sua região administrativa.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ cm,tm,np	C F	60
8.11	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	Implantar sistema de indicadores para políticas públicas com uso de Ciência de Dados e BI.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ ca,tg	E	60
8.12	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Ética e	Implantar sistema de fiscalização de políticas públicas com uso de Ciência de Dados e BI.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ ca,tg	E	60

	Decoro Parlamentar - CDDHCEDP				
8.13	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania Ética e Decoro Parlamentar - CDDHCEDP	Implementar aplicação de computação para gestão das demandas sobre violações de Direitos Humanos recebidas pela Comissão.	Representação Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	F	50
8.14	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Ferramentas institucionais integradas que permitam a gestão do mandato parlamentar que contemple o funcionamento do gabinete parlamentar, o recebimento de demandas da população, gestão da verba indenizatória, emendas parlamentares, interação com diversos órgãos públicos (tanto para envio de demandas, recebimento de respostas, acompanhamento de medidas, e resposta à população), informações consolidadas relativas ao orçamento da CLDF e do Distrito Federal, acompanhamento de ações e políticas públicas, e outras informações inerentes ao exercício parlamentar. Essas ferramentas devem seguir um padrão de interface e serem otimizados e ampliados à medida que são utilizadas (uso de métodos emergentes, como SCRUM), de forma institucional, pelos parlamentares e pelo corpo funcional da CLDF. As ferramentas existentes são dispersas e a cada legislatura os parlamentares praticamente precisam "começar do zero", sendo que a existência de ferramentas institucionais que agregue as melhorias a serem implementadas ao longo das legislaturas irá contribuir para o amadurecimento institucional da Câmara e facilitar a atuação parlamentar efetiva, em benefício da população do DF.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	F	60
8.15	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Permitir que o parlamentar possua seu próprio mecanismo de ampla divulgação de suas atividades, sem depender dos canais tradicionais de mídia, como emissoras de rádio e TV, e jornais	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (++) cm,tm	A	60

		impressos.			
8.16	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Mapeamento, otimização e digitalização do processo legislativo para permitir o efetivo acompanhamento das matérias pelos parlamentares e sociedade, conferindo transparência, celeridade, redução de custos e ampla publicidade das ações legislativas.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) ca,tg,np	A F	60
8.17	Gabinete do Deputado João Cardoso	Software específico para gerenciamento de gabinete e apoio à atividade parlamentar, que tenha como funcionalidade o registro de demandas e de agenda, controle de emendas, gestão de contratos, emissão de relatórios sobre performance da equipe e métricas de atendimentos, dentre outras funções.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (operação chave) (+++) cm,tg	F	60

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

4.3. Atribuições institucionais

NEC-9. Informações para o cumprimento das atribuições da CLDF					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
9.1	Área de Sistema de Informação - ASI	Informações sobre os canais digitais utilizados pelos cidadãos para manifestações sobre temas públicos do Distrito Federal.	Representação (alto potencial) (+++) ca,tm	F	30
9.2	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Informações sobre as proposições em tramitação na comissão: <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade e tipificação dos processos no prazo de emenda. - Quantos e quais proposições estão com relatores e se estão no prazo de relatoria. - Quem, quantos e tipos de pareceres entregues pelos relatores. - Quantos processos em pauta para votação, quais, tipos de parecer, resultado da votação de cada processo em pauta em cada reunião. - Quantos, quais, tipos, 	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	F	60

		pareceres, dos processos concluídos na comissão. Quantos, quais e tipos retornaram para Redação Final. Quantos, quais e tipos retornaram para Relatório de Veto.			
9.3	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Pesquisa de leis por temas.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.4	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Acesso a sítios jurídicos, tributação e de políticas públicas.	Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	50
9.5	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso aos processos no SEI-GDF de todas as Secretarias de Estado e demais órgãos/fundações do GDF.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.6	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso aos processos protocolados no TCDF, como unidade de controle externo.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.7	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso aos processo protocolados no MPDFT como unidade de controle externo.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.8	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso como unidade de controle externo na Plataforma+Brasil para monitoramento dos contratos de repasse, termos de compromisso, termos de fomento e convênios.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.9	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Acesso ao SIAFEN.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.10	Comissão de Fiscalização,	Acesso ao SIGGO em modalidade consulta irrestrita para finalidade de	Fiscalização (operação chave)	F	40

	Governança, Transparência e Controle - CFGTC	fiscalização.	(+) cb,tp		
9.11	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e Sindicância - CPTCES	Acesso a dados e informações funcionais de servidores, com integração ao sistema Mentorh, para instruir os processos com maior rapidez.	Administração (suporte) (++) cb,tm	-	10
9.12	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Acesso a sistemas de compras governamentais, nos quais possa realizar a cotação de preços de eventos de capacitação, com vistas à instrução dos processos de contratação	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
9.13	Gabinete da Mesa Diretora - GMD	Publicações anteriores de atos normativos.	Administração (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.14	Gabinete da Mesa Diretora - GMD	Pesquisa sobre legislação.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	40
9.15	Ouvidoria - OUV	Informações atualizadas sobre as secretarias existentes (que mudam a cada novo Governo), bem como a competência de cada uma delas para encaminhar devidamente demandas que sejam relacionadas às suas pastas.	Representação (operação chave) (++) cb,tp,np	F	40
9.16	Seção de Planejamento e Controle de Segurança - SPCS	Informações sobre TCES, PADS e sindicâncias realizadas em outros órgãos públicos.	Administração (suporte) (++) cb,tp,np	-	10
9.17	Seção de Planejamento e Controle de Segurança - SPCS	Acesso ao banco de dados da Segurança Pública do DF.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
9.18	Seção de Segurança Patrimonial - SSP	Acesso aos sistemas do DETRAN, acesso ao INFOSEG - Rede Infoseg da Secretaria Nacional de Segurança Pública.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
9.19	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Informações completas sobre a agenda de eventos da Casa. Pelo menos 3 setores a alimentam no Portal e ocorrem lacunas de eventos não	Representação Fiscalização Legiferação Administração	A B F	70

		lançados.	(operação chave) (++) cm,tm		
9.20	Setor de Recrutamento e Seleção - SERES	Informações sobre a previdência dos servidores da CLDF e temas relacionados. Contato mais informatizado com o IPREV-DF.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
9.21	Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Desenvolvimento Científico e Tecnológico - USE	Informações consolidadas e sistematizadas por área.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg	D E	60

NEC-10. Análises de grandes volumes de dados

#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
10.1	Área de Sistema de Informação - ASI	Coleta e análise de dados sobre políticas públicas, proposições legislativas da CLDF, legislação do DF, dentre outros, a fim de desenvolver a visão estratégica da Coordenadoria, objetivando aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF, a partir do estudo sistematizado e multidisciplinar do Poder Legislativo.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (alto potencial) (+++ ca,tg	E	60
10.2	Área de Sistema de Informação - ASI	Coleta de dados de interações sobre assuntos públicos em redes sociais e aplicação de técnicas de inteligência artificial para gerar possíveis entendimentos, com intuito de investigar como os cidadãos utilizam aplicações de computação para acessar e interagir com temas públicos no Distrito Federal.	Representação (alto potencial) (+++ ca,tg	D	30
10.3	Área de Sistema de Informação - ASI	Coleta e análise de dados sobre temas do Distrito Federal no contexto da execução de projetos para adoção de metodologia de implementação de indicadores, nas diversas áreas temáticas de interesse do Poder Legislativo, para usar e promover o uso de técnicas de ciência de dados, a fim de produzir conhecimentos relativos aos propósitos institucionais.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+++ ca,tg	D E	50
10.4	Área de	Uso exploratório de técnicas de ciência	Representação	D	60

	Sistema de Informação - ASI	de dados sobre diversos temas do Poder Legislativo, a fim de formular propostas de possibilidades de inovação e oportunidades para novas estratégias institucionais por meio da computação.	Fiscalização Legiferação Administração (alto potencial) (+++) ca,tg	E	
10.5	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Banco de dados, busca e apresentação dos mesmos para análise das leis orçamentárias (LDO, LOA e PPA).	Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	F	30
10.6	Sector de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Cruzamento de informações sobre dados bancários.	Fiscalização (alto potencial) (+++) ca,tg	F	30
10.7	Sector de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Cruzamento de informações sobre dados telefônicos.	Fiscalização (alto potencial) (+++) ca,tg	F	30
10.8	Sector de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Escaneamento com OCR e banco de dados para análise de dados.	Fiscalização (alto potencial) (++) cm,tm	F	30
10.9	Sector de Assistência à Saúde - SAS	Análise de dados sobre campanhas de saúde para prevenção de doenças.	Administração (alto potencial) (+++) ca,tg	-	30

NEC-11. Participação em redes sociais digitais

#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
11.1	Área de Sistema de Informação - ASI	Rede social com servidores da CLDF e pessoas do Distrito Federal, do Brasil e do Mundo interessados em compreender e aprimorar o Poder Legislativo na perspectiva de Sistema de Informação, com intuito de criar e nutrir a rede de afinidades da Área de Sistema de Informação.	Administração (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	30
11.2	Comissão de Economia,	Redes sociais para participação em audiências públicas.	Representação Fiscalização	C	50

	Orçamento e Finanças - CEOF		Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np		
11.3	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Redes sociais para participação em audiências públicas.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
11.4	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Redes sociais para divulgar visitas de fiscalização.	Fiscalização (alto potencial) (++) cb,tp,np	A	30
11.5	Gabinete da Vice-Presidência - GVP	Redes sociais para acompanhamento das ações do poder legislativo	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	A	50
11.6	Laboratório Hacker de Inovação - LABHINOVA	Redes sociais para audiências interativas.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
11.7	Ouvidoria - OUV	Redes sociais para participação popular.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cb,tp,np	C	50
11.8	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Rede social para disponibilizar áudio via internet.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (+) cb,tp	A	50
11.9	Setor de Assistência Social - SASO	Redes sociais para divulgação de palestra ou oficina.	Administração (alto potencial) (+) cb,tp	-	20
11.10	Setor de Assistência Social - SASO	Redes sociais para transmissão de palestra.	Administração (alto potencial) (+) cb,tp	-	20
11.11	Setor de Biblioteca - SBIB	Rede social para disseminação de informações, novas aquisições e eventos da biblioteca.	Administração (alto potencial) (+) cb,tp	-	20
11.12	Setor de Gestão de	Redes sociais para divulgação de pesquisas e teses realizadas em	Representação Fiscalização	A	50

	Documentos e Arquivos - SGDA	nosso acervo, e também para divulgação de eventos promocionais para estímulo a novos pesquisadores.	Legiferação (alto potencial) (+) cb,tp		
--	------------------------------	---	--	--	--

NEC-12. Implantação de autosserviço digital					
#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
12.1	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Acompanhamento das votações em reunião.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) ca,tg	A	60
12.2	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Análise das leis orçamentárias (LDO, LOA e PPA) e demais projetos e proposições.	Legiferação (alto potencial) (+++) ca,tg	A	30
12.3	Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC	Registro e acompanhamento de demandas (denúncias).	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tp,np	C	40
12.4	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e Sindicância - CPTCES	Consulta de dados sobre apurações realizadas na Comissão, após encerramento dos processos.	Administração (suporte) (++) cb,tp,np	-	10
12.5	Comitê de Planejamento Estratégico Institucional - COPEI	Acesso por meios digitais aos indicadores de desempenho e de resultado claros, simples, objetivos e mensuráveis das unidades organizacionais da CLDF, a partir do momento em que todos os indicadores estiverem estabelecidos e os dados sendo coletados e tratados.	Administração (suporte) (++) cb,tm	-	10
12.6	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Exemplos de digitalização de serviços públicos e parcerias podem ser obtidas junto a Secretaria de Governo Digital (https://www.gov.br/governodigital/pt-br) bem como nas diretrizes da Estratégia de Governo Digital do Governo Federal, aprovado pelo	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++) cm,tm,np	C	60

		Decreto 10.332/2020, que dentre outras medidas, estabelece que o governo futuro será centrado no cidadão, integrado, inteligente, confiável, transparente e aberto e eficiente.			
12.7	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Educação à distância.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
12.8	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Inscrições em eventos.	Administração (suporte) (++) cb,tp,np	-	10
12.9	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Emissão e validação de certificados	Administração (suporte) (++) cb,tp,np	-	10
12.10	Gabinete da Terceira Secretaria - GTS	Consultas ao andamento das proposições dos parlamentares.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tm	A	60
12.11	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Acesso ao áudio por meio de aplicação, ao vivo, por <i>streaming</i> ou acesso posterior à realização.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	60
12.12	Setor de Biblioteca - SBIB	Empréstimo e devolução de livros do acervo da Biblioteca por sistema de RFID, com controle de antifurto (acervo de livros adquiridos com recursos públicos do orçamento da CLDF).	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
12.13	Setor de Biblioteca - SBIB	Empréstimo e devolução dos livros dos 6 pontos de leitura da CLDF (opcional, porque os pontos são organizados com livros doados pela sociedade para empréstimo para a sociedade, sem necessidade de controle rígido).	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
12.14	Setor de Gestão de Documentos e Arquivos - SGDA	Obtenção de cópias digitalizadas e autenticadas para comprovação judicial.	Administração (suporte) (+++ ca,tm	-	10

12.15	Setor de Pagamento de Pessoal - SEPAG	Consulta de dados sobre folha de pagamento (transparência).	Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	A	40
12.16	Setor de Protocolo Legislativo - SPL	Busca por proposição (assunto, autor, lei etc).	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	A	60
12.17	Setor de Recrutamento e Seleção - SERES	Toda a entrega de documento de aposentados e pensionistas ou pedidos de informações. Exceção da prova de vida.	Administração (suporte) (+++ cm,tm,np	-	10
12.18	Setor de Taquigrafia - SETAQ	Consulta às notas taquigráficas geradas no setor. Isso geraria muita transparência.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	60

NEC-13. Aplicações computacionais para processos institucionais

#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
13.1	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para prover processos de representação em meio digital.	Representação (estratégica) (+++ ca,tg,np	G	40
13.2	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para prover processos de legiferação em meio digital.	Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg,np	G	40
13.3	Mesa Diretora*	Implementar aplicação de computação para prover processos de fiscalização em meio digital.	Fiscalização (estratégica) (+++ ca,tg,np	G	40
13.4	Mesa Diretora*	Identificação dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo que podem ser otimizados com o uso de aplicações de computação, via inclusive inteligência artificial.	Representação Fiscalização Legiferação (alto potencial) (++) cm,tm	G	50
13.5	Mesa Diretora*	Integração com outros sistemas do serviço público para facilitar a interação, a comunicação e o desempenho nas atividades.	Representação Fiscalização Legiferação (estratégica) (+++ ca,tg	G	60
13.6	ASI, ASSEL,	Elaboração coletiva de conteúdos e	Administração	-	30

	CERIM, CCJ, CEOF, CEPG, CESC, CFGTC, CMI, COPEI, CPL, DAC, DCP, DOFC, DSS, DTAP, ELEGIS, GMD, GPS, GTS, GVP, SACT, SAPLE, SAS, SASO, SBIB, SEALM, SEASI, SEATI, SEDIT, SEINF, SEMAT, SEO, SEPAG, SERES, SETAQ, SETAS, SETRAN, SGDA, SPCS, SPG, UCJ, USE	documentos, bem como interação em grupos em meio digital.	(estratégica) (+) cb,tp		
13.7	ASI, CERIM, CCJ, CEOF, CESC, CFGTC, COPEI, CPTCES, DCP, DOFC, DSS, GMD, GTS, GVP, SACT, SAS, SASO, SBIB, SEASI, SEATI, SEDIT, SEMAT, SGDA	Processos de deliberação coletiva por via digital.	Administração (estratégica) (+++) ca,tm	-	30
13.8	ASI, ASSEL, CAM, CERIM, CCJ, CEOF, CESC, CFGTC, CMI, COPOL, CPL, CPTCES, DSS, DTAP, ELEGIS, GMD, GPS, GTS, GVP, LABHINOVA, SACT, SAPLA, SAPLE, SAS, SASO, SBIB, SEALM,	As informações necessárias ao cumprimento das atribuições da unidade organizacional precisam ser acessadas a qualquer tempo e em qualquer lugar, não se limitando ao horário de expediente e às instalações da CLDF.	Administração (estratégica) (+++) ca,tg	-	30

	SEASI, SEATI, SECON, SEDIT, SEINF, SEMAT, SEO, SERES, SETAQ, SETRAN, SGDA, SLMP, SPCS, SPL, SSP, UCJ, USE				
13.9	ASI, ASSEL, CAM, CERIM, CEOF, CESC, CFGTC, CMI, COPEI, COPOL, CPL, CPTCES, DSS, DTAP, ELEGIS, GMD, GPS, GTS, GVP, LABHINOVA, SACT, SAPLA, SAPLE, SAS, SASO, SBIB, SEALM, SEASI, SECON, SEDIT, SEINF, SEMAT, SEO, SEPAG, SERES, SETAQ, SETRAN, SGDA, SLMP, SPCS, SPL, SSP, USE	As informações necessárias precisam ser acessadas de forma móvel, não se limitando aos computadores instalados na sala da unidade.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
13.10	ASI, CERIM, CEOF, CESC, CFGTC, CMI, COPEI, DSS, ELEGIS, GMD, GPS, GTS, GVP, LABHINOVA, SAPLE, SASO, SBIB, SEASI, SEATI, SEINF, SEO, SEPAG, SERES, SGDA, SLMP, SPCS, USE	Utilizar recursos computacionais oficiais para videoconferência.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30

13.11	ASI, CPTCES, ELEGIS, GTS, SAPLE, SETAQ, SETRAN, SSP, USE	Utilizar ferramenta de comunicação digital para troca de mensagens, individualmente ou em grupo.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
13.12	Área de Sistema de Informação - ASI	Produção de conteúdo textual de forma colaborativa (textos).	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
13.13	Área de Sistema de Informação - ASI	Produção de conteúdo textual matemático-computacional de forma colaborativa (textos matemático-computacionais).	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
13.14	Área de Sistema de Informação - ASI	Reuniões por videoconferência.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
13.15	Área de Sistema de Informação - ASI	Produção de conteúdo visual (imagens), auditivo (áudios) e audiovisual (vídeos).	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.16	Área de Sistema de Informação - ASI	Exposição de resultados dos trabalhos da unidade como instrumento para efetividade das ações.	Administração (suporte) (++) cb,tm	-	10
13.17	Área de Sistema de Informação - ASI	Gestão do trabalho em linhas de atuação, incluindo atividades, trilhas de ação, projetos e ações.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.18	Assessoria Legislativa - ASSEL	Acompanhamento e controle de processos demandados à Assessoria Legislativa.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.19	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	Manter o Sistema Legis em perfeito funcionamento.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	40
13.20	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	Manter o Sistema PROTAD em perfeito funcionamento.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.21	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Manter o Sistema Legis em perfeito funcionamento e atualizado.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	40
13.22	Comissão de Constituição e Justiça - CCJ	Manter o Sistema SEI em perfeito funcionamento e atualizado.	Representação Fiscalização Legiferação	F	70

			Administração (operação chave) (+) cb,tp		
13.23	Comissão de Defesa do Consumidor - CDC	Manter sistemas utilizados no processo legislativo em perfeito funcionamento.	Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	F	40
13.24	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Apresentação de emendas aos projetos e proposições que tramitam na CEOF, tendo como público-alvo os deputados.	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	G	40
13.25	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Promover melhoria no Sistema de Protocolo de Emendas para que registro seja feito no próprio sistema (eliminar etapa de digitalização das emendas).	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	F	40
13.26	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Unificação dos sistemas de proposições e de emendas orçamentárias para evitar retrabalho.	Legiferação (operação chave) (+++) ca,tg	F	40
13.27	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Desenvolver sistema interno de elaboração de redações finais das leis orçamentárias e seus anexos.	Legiferação (operação chave) (+++) ca,tg	G	40
13.28	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Desenvolver Sistema de Controle de Emendas Parlamentares e Redação Final.	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	G	40
13.29	Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF	Divisão do acervo de projetos e leis por temas disponíveis com acesso facilitado.	Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	F	40
13.30	Comissão dos Anais e Memória - CAM	Registro de dados técnicos e históricos relativos à memória da CLDF, para divulgação no portal, a fim de informar a população e os servidores da Casa, contribuindo para a transparência da CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) cm,tg,np	A F	60
13.31	Comissão dos Anais e Memória - CAM	Registro, indexação e busca dos pronunciamentos dos deputados, a fim de informar a população e os servidores da Casa, contribuindo para a transparência da CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A F	60

13.32	Comissão dos Anais e Memória - CAM	Registro de eventos ocorridos na CLDF (feiras, exposições, etc), a fim de informar a população e os servidores da Casa, contribuindo para a transparência da CLDF.	Representação (suporte) (++) cm,tm	A F	20
13.33	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e Sindicância - CPTCES	Aplicação para armazenamento de banco de dados e pesquisa sobre os procedimentos de apuração realizados e resultados obtidos.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.34	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Criação de políticas e ferramentas que auxiliem no combate à disseminação de notícias falsas pelos meios digitais.	Representação (alto potencial) (+++) ca,tm	A	30
13.35	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Implementação de canais que permitam ao corpo funcional opinar e contribuir na elaboração de normas internas (audiências públicas internas, por exemplo) sobre medidas administrativas que têm impacto nos servidores e na organização da CLDF.	Administração (alto potencial) (+++) cm,tm,np	-	20
13.36	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Implementação do Aplicativo SEI para celular.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (operação chave) (+++) ca,tg	F	70
13.37	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Possibilitar a posse de servidores de maneira digital.	Administração (suporte) (+++) cm,tm,np	-	10
13.38	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Criação de solução (aplicação web e celular) com informações/solicitações de RH e vida funcional (contracheque, férias, abonos, demandas diversas) em substituição a todos os formulários existentes no SEI.	Administração (suporte) (+++) cm,tg	-	10
13.39	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Implementação de informações consolidadas tipo BI para a gestão administrativa da CLDF.	Administração (alto potencial) (+++) ca,tg	-	20
13.40	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Modernização da Intranet e criação de extranet (possibilitar a publicação de conteúdos pelas áreas a exemplo de manuais de trabalho).	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10

13.41	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Ferramentas de teletrabalho (trabalho em equipe, reuniões virtuais, videoconferência, etc...) e adaptação de sistemas diversos para acesso de fora da CLDF.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
13.42	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Modernização do Portal da CLDF e a integração com os Sistemas Internos para geração de conteúdo de maneira automatizada e efetiva (o uso do próprio portal para gerar notícias por exemplo, não parece ser efetivo).	Representação Fiscalização Legiferação Administração (estratégica) (+++) ca,tg,np	A F	70
13.43	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Ferramenta de gestão administrativa e financeira integrada em substituição e/ou evolução dos diversos sistemas administrativos que não "conversam entre si" (SIGOF, Patrimônio e Almoxarifado, SIGGO).	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.44	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Digitalização do processo de planejamento institucional (sistema para coleta, consolidação, acompanhamento e avaliação do planejamento).	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.45	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Ferramenta para mapear as competências e necessidades de capacitação dos servidores (matriz e gestão de competências).	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.46	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Sistema para indexação, consolidação e gestão das diversas normas internas (Atos da Mesa Diretora, Atos do Presidente, Atos de Secretários, Portarias, etc...)	Administração (suporte) (++) cm,tm	F	20
13.47	Comitê Gestor de Sustentabilidade - ECOLEGIS	Sistema de monitoramento ambiental por meio do qual os dados de consumo de água, energia e material de escritório serão inseridos e publicizados.	Fiscalização Administração (suporte) (++) cm,tm	A	30
13.48	Coordenadoria de Cerimonial - CERIM	Agendamentos de eventos, através de um programa específico, a fim de proporcionar agilidade e eficiência na marcação e distribuição dos eventos demandados pelos parlamentares e setores diversos da CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (operação chave) (++) cm,tm	G	70
13.49	Coordenadoria de Cerimonial - CERIM	Disponibilizar Agenda na Intranet e no Portal da CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação	A F	70

			Administração (operação chave) (++) cm,tm		
13.50	Coordenadoria de Comunicação Social - CCS	Utilizar plataformas web existentes de comunicação interna: intranet e outlook, além de redes sociais.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.51	Coordenadoria de Comunicação Social - CCS	Propor customização ou novas plataformas de comunicação interna.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.52	Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária - CPEO	Gestão de Planejamento Integrado.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.53	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Integração de dados com órgãos de Segurança Pública (PCDF e PMDF) e DETRAN-DF.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.54	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Aprimorar o sistema de CFTV, sensores de proximidade infravermelho e holofotes de iluminação no perímetro.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.55	Diretoria de Administração e Finanças - DAF	Aprimorar e ampliar o repositório de conteúdos na Intranet, para a capacitação dos Gestores de contrato.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.56	Diretoria de Recursos Humanos - DRH	Acompanhar a gestão de contrato do Sistema Mentorh.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.57	Diretoria Legislativa - DIL	Prestar apoio às unidades envolvidas no processo de administração de informações e documentos legislativos.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.58	Diretoria Legislativa - DIL	Prestar suporte computacional durante a realização de 15 (quinze) Sessões Ordinárias nas Regiões Administrativas.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A C F	60
13.59	Divisão de Apoio às Comissões - DAC	Implantar e contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de informações do Processo legislativo.	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A F	40

13.60	Divisão de Informação e Documentação Legislativa - DIDL	Suprir o SBIB com sistema de segurança de acervo e autoatendimento, compatível com sistema ALEPH.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.61	Divisão de Informação e Documentação Legislativa - DIDL	Desenvolver funcionalidades pendentes do NJUR.	Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A F	40
13.62	Divisão de Informação e Documentação Legislativa - DIDL	Providenciar infraestrutura para dar continuidade ao aperfeiçoamento da Biblioteca Digital - Recursos Humanos, espaço e equipamentos.	Administração (Suporte) (+) cb,tp	-	10
13.63	Divisão de Informação e Documentação Legislativa - DIDL	Disponibilizar ferramentas de acessibilidade para cegos, surdos e outros, na página da Biblioteca.	Administração (Suporte) (++) cm,tm	-	10
13.64	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Implantação do novo Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira - SIGOF.	Administração (Suporte) (+++ ca,tg	-	10
13.65	Divisão de Seguridade Social - DSS	Aperfeiçoar os instrumentos de comunicação interna e divulgação das atividades de qualidade de vida no trabalho.	Administração (Suporte) (++) cm,tm	-	10
13.66	Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário - DTAP	Disponibilizar as notas taquigráficas da sessões plenárias e das audiências públicas, on line, no portal da CLDF, com respectivo áudio.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A F	60
13.67	Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário - DTAP	Manter o portal atualizado com as atas das sessões plenárias, com respectivo áudio, cumprindo os prazos previstos na lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e as normas vigentes na CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A F	60
13.68	Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário - DTAP	Modernizar tecnologicamente o áudio e vídeo, entre outros itens, em conjunto com CMI, das salas de comissões, sala de aula da ELEGIS, auditório, sala de reunião da Presidência e sala de reunião do Plenário.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (estratégica) (+) cb,tp	A C F	70

13.69	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Elaboração do Plano Setorial da ELEGIS, com integração ao sistema Mentorh.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.70	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Educação à distância, para atendimento a servidores, deputados e cidadãos.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
13.71	Gabinete da Mesa Diretora - GMD	Análise de relatórios, estatísticas sobre apresentação de proposições.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	F	60
13.72	Gabinete da Segunda Secretaria - GSS	Solução de informática específica para administração dos contratos de aquisição de bens e serviços institucionais.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.73	Ouvidoria - OUV	Atendimento ao cidadão, com integração ao SEI.	Representação Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	A	50
13.74	Ouvidoria - OUV	Realizar enquetes e pesquisas de opinião pública de acordo com assuntos abordados nas demandas registradas.	Representação (alto potencial) (++) cb,tp,np	F	30
13.75	Seção de Planejamento e Controle de Segurança - SPCS	Maior integração com os sistemas de dados da segurança pública.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.76	Seção de Segurança Patrimonial - SSP	Instalação de câmeras nas adjacências da CLDF integradas ao sistema de CFTV atual.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.77	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Disponibilizar áudio de eventos para a população, gabinetes e deputados, com integração ao portal. A sociedade passaria a ter acesso fácil a um produto que normalmente só consegue de forma presencial, por requisição. No caso das sessões plenárias deliberativas o áudio é publicado junto com as atas das sessões.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A F	60

13.78	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Apoio de audiovisual às comissões, sala de aula, auditório e salas de reuniões do Plenário e da Presidência, para atendimento a deputados, comissões, equipes técnicas, treinandos, palestrantes, Cerimonial, Presidência, etc. Integração com SEV, Videoconferências.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
13.79	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Calendário e agenda de atividades diárias, com possibilidade de enviar agenda de eventos e atividades para servidores e outras unidades da Casa.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (operação chave) (++) cm,tm	A F	70
13.80	Setor de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Implantação do sistema gerido pelo MPDFT para quebra de sigilo bancário e telefônico. A CLDF necessitaria contratar um banco de dados específico para poder instalar este sistema e designar/treinar um servidor para sua utilização, principalmente, nas Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI.	Fiscalização (operação chave) (+++) ca,tg	F	40
13.81	Setor de Assistência à Saúde - SAS	Consulta médica, de enfermagem e de medicina do trabalho, triagem de pacientes, recepção de pacientes e junta médica, incluindo registro de dados clínicos, de enfermagem e psicológicos para prontuário eletrônico, estatísticas de atendimentos clínicos, de enfermagem e psicológicos e exames admissionais e ocupacionais para Medicina do Trabalho.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.82	Setor de Assistência à Saúde - SAS	Sistema informatizado de controle de entrada e consumo de medicamentos e materiais hospitalares.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.83	Setor de Assistência Social - SASO	Reuniões virtuais.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
13.84	Setor de Biblioteca - SBIB	Empréstimo e devolução de livros, incluindo acervo histórico, raro e livros adquiridos com recursos públicos. Estatística diária de empréstimo e devolução de livros. Integração com o Aleph.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.85	Setor de	Controle patrimonial, para evitar	Administração	-	10

	Biblioteca - SBIB	furtos de obras do acervo (pode ser integrado com o controle de empréstimo utilizando sistema RFID ou outro que monitore os itens por etiquetas). Estatística de uso de livros do acervo no salão de leitura da Biblioteca. Integração com o Aleph.	(suporte) (++) cm,tm		
13.86	Setor de Biblioteca - SBIB	Pesquisa ao Aleph diretamente pelo usuário, em computadores no salão de leitura.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.87	Setor de Biblioteca - SBIB	Instalação de totens de pesquisa internos e externos para pesquisa de legislação e atos administrativos no foyer do plenário, entrada da CLDF e, se possível, em Bibliotecas das RAs. Integração com Legis e Njur.	Legiferação (operação chave) (++) cb,tp,np	F	40
13.88	Setor de Biblioteca - SBIB	Necessidade de aprimorar os recursos de acesso e leitura de conteúdos já disponíveis na atual Biblioteca Digital existente, para atendimento ao público externo.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.89	Setor de Biblioteca - SBIB	Contagem e estatística de pesquisas para o público interno e externo, solicitadas por telefone, pelo site, pelo SAU e por e-mail, para controle das pesquisas.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.90	Setor de Biblioteca - SBIB	A Biblioteca da CLDF disponibilizar computadores ligados à internet para pesquisas da população.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.91	Setor de Biblioteca - SBIB	A Biblioteca facilitar o uso dos espaços pela população, com a garantia de preservar a integridade do material bibliográfico adquirido e, também, o acervo raro e histórico pelo qual a CLDF é responsável no DF, por meio de equipamento de controle do acervo, com tecnologia RFID.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.92	Setor de Biblioteca - SBIB	A Biblioteca ter disponibilidade de tablets ou notebooks para interação com usuários em reuniões virtuais que estão sendo realizadas na sala de estudos colaborativos, recém-inaugurada.	Administração (alto potencial) (+) cb,tp	-	20
13.93	Setor de Biblioteca - SBIB	Melhorar a navegabilidade dos usuários pelos documentos armazenados na Biblioteca Digital,	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10

		por meio de recursos gráficos, sem necessidade de download.			
13.94	Setor de Comunicações Administrativas - SCA	Escaneamento de documentos.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
13.95	Seção de Editoração - SEDIT	Sistema de elaboração e veiculação do DCL Digital.	Representação Fiscalização Legiferação Administração (operação chave) (+++) ca,tg,np	F A	70
13.96	Setor de Execução Orçamentária - SEO	Implantação do SIGOF, para atendimento à comunidade.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.97	Setor de Execução Orçamentária - SEO	Controle de contratos, com integração ao SIGGO e ao SIGOF, tendo os executores de contrato como público-alvo.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.98	Setor de Execução Orçamentária - SEO	Controle orçamentário, com integração ao SIGOF.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.99	Seção de Finanças - SEFIN	Finalização do SIGOF, integração com o SIGGO.	Administração (suporte) (+++) ca,tg	-	10
13.100	Setor de Gestão de Documentos e Arquivos - SGDA	Pesquisa e recuperação da informação do acervo documental, visando estimular a participação popular para que, além de receberem informações do parlamento, possam dar sugestões no processo de produção de leis.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A F	60
13.101	Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal - SLMP	Posse e exercício de servidores nomeados de livre provimento e requisitados.	Administração (suporte) (+++) cm,tm,np	-	10
13.102	Setor de Protocolo Legislativo - SPL	Sistema moderno e atualizado para tramitação e busca das proposições, tanto internamente como pela sociedade.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++) ca,tg,np	A F	60
13.103	Setor de Protocolo Legislativo -	Indexação das proposições apresentadas na CLDF.	Representação Fiscalização Legiferação	A F	60

	SPL		(operação chave) (++) cb,tp,np		
13.104	Setor de Taquigrafia - SETAQ	Informatização do Setor de Taquigrafia.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (++) cm,tm	A F	60
13.105	Setor de Taquigrafia - SETAQ	Padronização das informações com relação às várias unidades. Cada comissão temática, por exemplo, tem seu modo de trabalho independente. Isso ocasiona retrabalho.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++ cm,tm,np	A F	60
13.106	Setor de Transportes - SETRAN	Sistema de gestão de frota de veículos, para viabilizar a gestão do setor e elaboração de planilhas e relatórios.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
13.107	Unidade de Constituição e Justiça - UCJ	Novo sistema de informações legislativas.	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+++ ca,tg,np	A F	60

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-14. Conhecimento, formação e cultura digital					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
14.1	Mesa Diretora*	Expandir a compreensão da CLDF por meio da contínua elaboração do Mapa de Sistema de Informação, gerando amplo conhecimento sistêmico em aproximações sucessivas cada vez mais abrangentes.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ ca,tm	A F	60
14.2	Mesa Diretora*	Expandir a compreensão da CLDF por meio da realização continuada de modelagem computacional do Sistema de Informação da CLDF, a fim de elucidar os problemas computacionais legislativos passíveis de serem tratados por meio de tecnologia de computação.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ ca,tm	A F G	60
14.3	Mesa Diretora*	Promover formação continuada em Computação por meio de programa de formação fundamental para os	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30

		servidores da CLDF.			
14.4	Mesa Diretora*	Promover formação continuada em Computação por meio de programa de formação especializada para analistas de sistemas da CLDF.	Administração (estratégica) (+++) ca,tm	-	30
14.5	Mesa Diretora*	Promover formação continuada em Computação por meio de programa de formação para o cidadão, com ênfase no uso das aplicações de computação oferecidas pela CLDF à população.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	A B C H	60
14.6	Mesa Diretora*	Estimular a aplicação de saberes, habilidades e atitudes sobre Computação. Dessa forma, servidores poderão, inclusive, aprimorar seu trabalho por iniciativa própria, com a adoção de recursos computacionais.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
14.7	Mesa Diretora*	Disseminar o uso do documento digital como documento oficial primário.	Administração (estratégica) (+++) cm,tg	-	30
14.8	Mesa Diretora*	Disseminar o uso de recursos computacionais destinados a trabalhos colaborativos, tanto para contextos de interação e colaboração quanto para contextos de deliberação participativa.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
14.9	Mesa Diretora*	Acompanhamento e retroalimentação das inovações na temática de Sistema de Informação.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
14.10	Mesa Diretora*	Coordenação de esforços com segmentos da sociedade para contribuições ao Sistema de Informação da CLDF: universidades do mundo inteiro, desenvolvedores de aplicativos, fundações e institutos de pesquisa, entidades governamentais, empresas privadas etc.	Administração (estratégica) (+++) cm,tm,np	C	40
14.11	Mesa Diretora*	Educação para a cidadania, de forma a cultivar modos de pensar, ser e agir democráticos entre a população do Distrito Federal.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) cm,tm,np	A	60
14.12	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Implementação do Ensino Digital.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
14.13	Comitê de Tecnologia	Utilização dos espaços da CLDF (por exemplo, sala da Elegis e auditório) para	Representação (estratégica)	A	40

	da Informação - CTI	capacitação de inclusão social/digital, voltados a alunos e comunidades carentes.	(++) cm,tm		
14.14	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Eventos de debate e divulgação dos meios de fiscalização cidadã, incluindo tópicos sobre a Lei de Acesso à Informação e os canais de solicitação e busca de informações (por exemplo, ouvidoria e e-SIC).	Fiscalização (estratégica) (++) cm,tm	A	40
14.15	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Divulgação de notícias e artigos - no portal e nas redes sociais - sobre temas constitucionais de relevância para a participação cidadã, tais como projeto de lei popular e ação popular.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++ cm,tm,np	C	60

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

4.4. Capacidades computacionais

NEC-15. Aspectos organizacionais					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
15.1	Mesa Diretora*	Consolidação da estrutura organizacional destinada a aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF, bem como adequação do respectivo quadro de pessoal, a fim de possibilitar que os trabalhos ocorram conforme a estratégia estabelecida.	Administração (estratégica) (+++ ca,tg,np	-	30
15.2	Mesa Diretora*	Adoção de modelo de trabalho adequado para o aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF, com condizente distribuição de poderes e responsabilidades.	Administração (estratégica) (+++ cm,tm,np	-	30
15.3	Mesa Diretora*	Realização de planejamento tático-operacional que atenda à Estratégia de Sistema de Informação.	Administração (estratégica) (+++ ca,tg	-	30
15.4	Mesa Diretora*	Alinhamento aos princípios da sustentabilidade estabelecidos na A3P - Agenda Ambiental na	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30

		Administração Pública.			
15.5	Mesa Diretora*	Contratação de empresas para amplificação do desempenho em Computação, tendo em vista os princípios da Administração Pública.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
15.6	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Fomento a inovação externa e interna de modo que não seja "proibido" inovar nos diversos setores da CLDF.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
15.7	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Estabelecimento de uma política de TI que contemple a coexistência de aplicações corporativas e também sistemas, aplicativos, web services para o SEI e demais inovações por setores decorrentes de iniciativas fora da CMI (criar padronização de ferramentas, segurança e padrões de design e desenvolvimento).	Administração (estratégica) (+++ ca,tm	-	30
15.8	Comitê de Tecnologia da Informação - CTI	Fazer parceria com diversos órgãos para utilizar soluções tecnológicas existentes com custo reduzido.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
15.9	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Ampliação da capacidade de mapeamento, análise, redesenho e proposição de melhoria de processos.	Administração (estratégica) (++) cm,tm	-	30
15.10	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Ampliação da capacidade de desenvolvimento de software para Business Intelligence.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (++) cm,tm	A a H	70
15.11	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Ampliação da capacidade de desenvolvimento de sistemas de informática, inclusive mensuração de software, codificação de software, teste de software e serviço de manutenção e sustentação.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (++) cm,tm	A a H	70

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-16. Plataforma computacional					
#	Declarante	Necessidade	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
16.1	Mesa Diretora*	Recursos computacionais disponíveis a qualquer tempo e acessíveis de qualquer lugar, especialmente por dispositivos móveis.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (+++) ca,tg	A a H	70
16.2	Mesa Diretora*	Suporte a documento digital - o documento digital é a base para que os trabalhos ocorram plenamente em meio digital; portanto, a plataforma digital deve prover todos os recursos computacionais necessários para que os documentos oficiais da Câmara Legislativa sejam digitais.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (++) cm,tm	G	70
16.3	Mesa Diretora*	Integração das bases de dados - a adoção das técnicas de análise de grande volume de dados depende da integração de todos os dados institucionais.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (+++) ca,tg	A D E F	70
16.4	Mesa Diretora*	Capacidade de armazenamento e análise de grandes volumes de dados.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (+) cb,tp	D E	70
16.5	Mesa Diretora*	Buscas integradas - permitir cruzamento de dados e composição de critérios de busca combinados entre as bases de dados.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (+++) ca,tg	A D E F	70
16.6	Mesa Diretora*	Dados abertos - possibilitar que as bases de dados operacionais sejam provedoras de dados abertos.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (estratégica) (+++) ca,tg	A C H	70
16.7	Mesa Diretora*	Integração com bases externas - possibilitar que fontes de dados externas sejam acessadas de forma integrada, especialmente as mantidas pelo Governo do Distrito Federal.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg	D E	60
16.8	Mesa	Recursos computacionais para	Representação	C	60

	Diretora*	implementação de aplicação em modelo de rede social, para interação entre cidadãos e a Câmara Legislativa.	Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tg	H	
16.9	Mesa Diretora*	Suporte a identificação e autenticação digitais de cidadão, para viabilizar coleta de assinaturas em documentos populares a serem encaminhados à Câmara Legislativa.	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica) (+++) ca,tm	C H	60
16.10	Mesa Diretora*	Recursos computacionais para interação e colaboração - prover ambiente computacional colaborativo para os servidores, com possibilidades de elaboração coletiva de conteúdos e de interação de grupo.	Administração (estratégica) (+) cb,tp	-	30
16.11	Mesa Diretora*	Recursos computacionais para deliberação coletiva - prover meios para que os servidores participem de processos de deliberação coletiva, por via digital.	Administração (estratégica) (+++) ca,tm	-	30

*Conforme prioridades definidas na Estratégia de Sistema de Informação da CLDF, estabelecida pelo Ato da Mesa Diretora nº 35, de 2019.

NEC-17. Sustentação computacional					
#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
17.1	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento do portal de dados abertos.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+) cb,tp	A G	70
17.2	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento do portal institucional na internet e do portal de intranet.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (++) cm,tm	A F	70
17.3	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento do Sistema Eletrônico de Documentos.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+) cb,tp	G	70

17.4	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento dos sistemas de informática relativos às funções institucionais finalísticas representação, fiscalização e legiferação.	Representação Legiferação Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	A a H	60
17.5	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir infraestrutura de tecnologia da informação para realização das Sessões Ordinárias nas Regiões Administrativas.	Representação Legiferação Fiscalização (operação chave) (++) cm,tm	A C F	60
17.6	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Realizar sustentação, operação e monitoramento dos equipamentos e software do Datacenter.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+++ ca,tm	-	60
17.7	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Realizar sustentação e operação de infraestrutura de tecnologia da informação 24X7 com serviços de monitoração de ambiente tecnológico.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+++ ca,tm	-	60
17.8	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Realizar manutenção do serviço de banco de dados e dos servidores de aplicações.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+++ ca,tm	-	60
17.9	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Realizar manutenção da rede institucional de dados.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+++ ca,tm	-	60
17.10	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir serviço de acesso à internet com manutenção do link de dados contratado.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (+) cb,tp	-	60
17.11	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Realizar manutenção do cadastro de usuários nos serviços de credenciamento de usuários, administração do serviço de diretório, correio eletrônico e arquivos distribuídos.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (++) cb,tm	-	60
17.12	Coordenadoria de	Realizar manutenção do serviço de proteção de dados.	Representação Legiferação	-	60

	Modernização e Informática - CMI		Fiscalização Administração (operação chave) (+) cb,tp		
17.13	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir funcionamento dos equipamentos computacionais destinados a usuário final.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (++) cm,tm	-	60
17.14	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento do serviço de atendimento ao usuário.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (++) cm,tm	-	60
17.15	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Atualizar o parque de equipamentos computacionais destinados a usuário final.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave) (++) cm,tm	-	60
17.16	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir sustentação e funcionamento do serviço de impressão.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (++) cm,tm	-	40
17.17	Coordenadoria de Modernização e Informática - CMI	Garantir o funcionamento dos sistemas de informática relativos à função institucional administração.	Administração (suporte) (++) cb,tm	-	10

NEC-18. Softwares aplicativos					
#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
18.1	Área de Sistema de Informação - ASI	Editor de textos, planilhas e apresentações em nuvem. Elaboração colaborativa de conteúdos, de qualquer lugar, a qualquer momento. Produzir conteúdos com equipes parceiras de projetos. 3 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10

18.2	Área de Sistema de Informação - ASI	Aplicativo de mensagens em nuvem. Troca de mensagens de texto e conteúdos de imagem e audiovisual, de qualquer lugar, a qualquer momento. Viabilizar a comunicação com as equipes dos projetos. 3 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.3	Área de Sistema de Informação - ASI	Armazenamento de arquivos em nuvem, com controle de compartilhamentos, com acesso de qualquer lugar, a qualquer momento. Viabilizar compartilhamento de arquivos com equipes parceiras de projetos. 3 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.4	CCJ, CPL, DAF, DOFC	Software para conversão de documentos de diversos formatos em arquivo de formato PDF. 13 licenças e 10 atualizações.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.5	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Software de análise de dados.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
18.6	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Software de análise de vínculos.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
18.7	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Software para identificação de visitantes.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
18.8	Coordenadoria de Polícia Legislativa - COPOL	Software de análise e tratamento de imagens.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
18.9	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Software de <i>Business Intelligence</i> . 3 licenças.	Administração (suporte) (++) cm,tm	-	10
18.10	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Software de organização para gerenciamento de anotações - Licença Empresarial	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10

18.11	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Software para gerenciamento de tarefas pelo método Kanban.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.12	Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DOFC	Software para automação de processos. 2 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.13	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Suíte de editoração gráfica, para produção de conteúdo EAD. 5 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.14	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Captura de telas e geração de vídeo aulas, para produção de conteúdo EAD. 5 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.15	Escola do Legislativo do Distrito Federal - ELEGIS	Aplicativo para criação de animação, para produção de conteúdo EAD. 5 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.16	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Protocolo de tráfego de áudio via IP. O áudio do edifício sede trafega hoje sob o protocolo de nome COBRANET, utilizando matrizes de áudio que estão em falência. Hoje a aplicação via IP é superior e de fácil operação e acesso por parte de setores, incluindo computadores da rede do edifício. O sistema de som ambiente trafega nessa rede e alguns setores dependem do áudio ao vivo para produzir conteúdos, caso do SETAQ, SETAS e Comunicação Social. O protocolo é utilizado por vários fabricantes de equipamentos de áudio.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.17	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Software para transmissão de áudio e imagem em rede sem fio, para compartilhar informações a partir de celular, tablets ou PC. 8 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.18	Setor de Apoio ao Plenário - SAPLE	Aplicativo para transmitir áudio via <i>streaming</i> . Na ocorrência de eventos diversos é preciso haver a interação e participação ativa da sociedade. Hoje, apenas eventos	Representação Fiscalização Legiferação (operação chave) (+) cb,tp	A	60

		realizados na sede são transmitidos via TV WEB. Poderia se ter uma forma de receber áudio de ambiente externo e transmitir para o sistema de som da sede e também para outras redes.			
18.19	Setor de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Banco de dados para usuário final, para análise de dados. 2 licenças.	Fiscalização (operação chave) (+) cb,tp	F	40
18.20	Setor de Apoio às Comissões Temporárias - SACT	Gerenciador de banco de dados para o sistema de quebra de sigilo bancário do MPDFT. 2 licenças.	Fiscalização (operação chave) (++) cb,tm	F	40
18.21	Seção de Editoração - SEDIT	Certificado digital para otimização do processo de elaboração do DCL.	Administração (suporte) (+++ cm,tm,np	-	10
18.22	Setor de Produção Gráfica - SPG	Pacote de softwares gráficos para editoração eletrônica, geração de documentos em formato PDF, desenho gráfico e ilustração, edição de imagens e desenhos vetoriais. 3 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
18.23	Setor de Taquigrafia - SETAQ	Aplicativos para automação de escritório. 40 licenças.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10

NEC-19. Equipamentos computacionais

#	Declarante	Necessidade Computacional	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão	Relevância
19.1	ASI, ASSEL, CCJ, CDC, CDDHCEDP, CDESCTMAT, CEOF, COPEI, COPOL, CPL, CPTCES, CTMU, DCP, DOFC, DRH, DSS, ELEGIS, FASCAL, GP, GPS, GSS, SAPLE, SBIB, SEALM, SLMP, SPL	Computadores tipo <i>desktop</i> .	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40

19.2	ASI, COPEI, COPOL, CTMU, DSS, ELEGIS, OUV, SACT, SAPLE, SBIB	Computadores tipo <i>notebook</i> .	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
19.3	ASI, DAF, DSS, SAPLE, SBIB, SPL	Computadores tipo <i>tablet</i> .	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
19.4	OUV, SAPLE	Computador tipo <i>smartphone</i> .	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
19.5	ASSEL, CPL, USE	Segundo monitor.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
19.6	CCJ, CDC, CDDHCEDP, CDESCTMAT, DOFC, FASCAL, SACT, SCA	Impressora monocromática.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
19.7	COPOL, DOFC, GP, OUV, SAPLE, SBIB, SPG	Impressora colorida.	Representação Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp	-	40
19.8	CEOF, CERIM, CESC, COPOL, DOFC, DSS, DTAP, ELEGIS, FASCAL, SAPLE, SEDIT, SPCS, SPG, SSP, USE	Impressora multifuncional.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
19.9	CERIM, ELEGIS, SEDIT, SPG	Impressora em formato A3.	Administração (suporte) (+) cb,tp	-	10
19.10	CCJ, CDC,	Escâner.	Representação	-	40

CEOF, CERIM, CESC, COPEI, COPOL, CPTCES, CTMU, DOFC, DSS, DTAP, ELEGIS, LABHINOVA, OUV, SAPLE, SAS, SCA, SEALM, SEDIT, SEFIN, SEPAG, SERES, SETAS, SETRAN, SPCS, SSP, USE			Legiferação Fiscalização Administração (suporte) (+) cb,tp		
---	--	--	---	--	--

5. Planejamento

O presente planejamento é fundamentado pela Estratégia de Sistema de Informação da CLDF. Atende, portanto, ao seu propósito, fundamentos, objetivos fundamentais, princípios e orientações.

O plano está organizado em cinco macro-objetivos e vinte objetivos, conforme a seguir.

OBJ-1 - Aperfeiçoar a participação popular

OBJ-1.1 - Prover informações institucionais para a população

OBJ-1.2 - Prover informações sobre momentos oportunos para participação popular

OBJ-1.3 - Implementar canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população

OBJ-1.4 - Implementar aplicações computacionais para participação popular

OBJ-2 - Aperfeiçoar a atividade parlamentar

OBJ-2.1 - Prover informações sobre temas do Distrito Federal

OBJ-2.2 - Prover informações sobre políticas públicas

OBJ-2.3 - Prover informações para exercício do mandato parlamentar

OBJ-2.4 - Implementar aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar

OBJ-3 - Aperfeiçoar atribuições institucionais

- OBJ-3.1 - Prover informações para o cumprimento das atribuições da CLDF
- OBJ-3.2 - Implementar análises de grandes volumes de dados
- OBJ-3.3 - Promover participação em redes sociais digitais
- OBJ-3.4 - Implantar autosserviço digital
- OBJ-3.5 - Implementar aplicações computacionais para processos institucionais
- OBJ-3.6 - Promover conhecimento, formação e cultura digital

OBJ-4 - Aperfeiçoar capacidades computacionais

- OBJ-4.1 - Desenvolver aspectos organizacionais
- OBJ-4.2 - Aperfeiçoar a plataforma computacional
- OBJ-4.3 - Prover novos softwares aplicativos
- OBJ-4.4 - Prover novos equipamentos computacionais

OBJ-5 - Manter os recursos computacionais em pleno funcionamento

- OBJ-5.1 - Prestar suporte técnico-computacional
- OBJ-5.2 - Garantir sustentação e funcionamento do complexo computacional

Para cada objetivo, foram estabelecidas metas de acordo com as necessidades a serem atendidas. Algumas metas correspondem ao pleno atendimento da necessidade, outras correspondem apenas ao início do atendimento, conforme indicado na descrição da meta.

As metas para o período de alcance do plano, que é de dois anos, foram compostas a partir de uma seleção dentre as necessidades inventariadas.

Assim, as necessidades foram selecionadas a partir do Inventário de Necessidades Computacionais, conforme os seguintes critérios:

- Todas as necessidades com relevância computacional igual a 70;
- Todas as necessidades com relevância computacional igual a 60 e com estimativa de esforço baixo (+);
- Todas as necessidades com relevância computacional igual a 60 e com estimativa de esforço médio (++);
- Seleção de necessidades com relevância computacional igual a 60, com estimativa de esforço alto (+++) e que, preferencialmente, não envolvam criação de novos processos;
- Seleção de necessidades com relevância computacional igual a 50 ou inferior, com estimativa de esforço baixo (+) ou médio (++) e que, preferencialmente, não envolvam criação de novos processos.

As necessidades que não foram selecionadas para comporem metas neste plano permanecerão no inventário e poderão ser selecionadas em futuras atualizações do PDTI.

As metas estabelecidas com base nas necessidades computacionais selecionadas foram organizadas conforme os objetivos programados, respeitando a seguinte regra de prioridade:

Relevância da necessidade atendida	Prioridade da meta
70	1
60	2
50	3
40	4
30	5
20	6
10	7

As seções a seguir apresentam os objetivos e suas respectivas metas. Cada meta aponta a necessidade a ser atendida (ver capítulo 4) e indica a estimativa de esforço necessário (ver seção 3.5.3).

OBJ-1. Aperfeiçoar a participação popular

OBJ-1.1. Prover informações institucionais para a população				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M1.1.1	2	Implementada aplicação de computação especificamente para informar a população sobre assuntos institucionais.	1.1	(+)
M1.1.2	2	Iniciada a implementação de garantia da instituição CLDF como uma instância fornecedora de informações confiáveis, institucionalmente certificadas.	1.2	(+++)
M1.1.3	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre proposições legislativas, votos, motivações e discursos, com acesso simples e por temáticas.	1.7 1.12 1.14	(+++)
M1.1.4	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre as audiências públicas.	1.15	(++)

M1.1.5	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre a função parlamentar distrital.	1.19	(+)
M1.1.6	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre mesas diretoras, blocos parlamentares e frentes parlamentares.	1.28	(++)
M1.1.7	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre títulos de cidadãos beneméritos e honorários.	1.28	(++)
M1.1.8	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre folhas de frequência dos deputados.	1.28	(++)
M1.1.9	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre pronunciamentos dos deputados.	1.28	(++)
M1.1.10	4	Implementada aplicação de computação para divulgar as leis aprovadas no portal da CLDF, organizadas por temas, com meio de busca fácil e rápida pela população.	4.20, 9.3	(+)

OBJ-1.2. Prover informações sobre momentos oportunos para participação popular

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M1.2.1	2	Implementada aplicação de computação especificamente para informar a população sobre momentos oportunos para participação popular em assuntos institucionais de seu interesse.	2.1	(++)
M1.2.2	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre o início da tramitação de qualquer tema.	2.2, 2.5	(+)
M1.2.3	2	Implementada aplicação de computação para informar a população sobre o agendamento de audiências públicas.	2.3	(+)

OBJ-1.3. Implementar canais digitais para relacionamento entre Câmara Legislativa e população

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M1.3.1	2	Iniciada a implementação de aplicação de computação para relacionamento entre Câmara e população, contendo inicialmente um espaço destinado à cidadania, incluindo informações de interesse da população e acesso aos meios digitais de participação.	3.1	(+++)
M1.3.2	2	Simplificado o caminho para a obtenção dos dados no portal de dados abertos, com melhor divulgação e explicação das possibilidades e formas de uso.	3.12	(+)
M1.3.3	2	Ampliados os dados abertos, com mais dados sobre a atividade legislativa, com atualização garantida.	1.10, 3.16, 3.26	(++)
M1.3.4	2	Ampliados os dados abertos, com dados atualizados sobre os gastos, incluindo documentações anexas (notas fiscais, relatórios de prestação de serviço etc), com atualização garantida.	1.10, 3.16, 3.26	(++)
M1.3.5	3	Divulgada a estrutura do Labhinova com maior ênfase.	3.6	(+)

OBJ-1.4. Implementar aplicações computacionais para participação popular

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M1.4.1	2	Implementado sítio na internet para cada deputado, em formato de <i>hotsite</i> , a fim de promover as ações parlamentares, com todos os projetos, requerimentos, indicações e audiências já realizadas pelos mandatos, com acesso pela página inicial do portal da CLDF.	4.15	(+++)
M1.4.2	2	Implantada transmissão ao vivo das reuniões das comissões.	4.39 4.45	(+)
M1.4.3	2	Implementada aplicação de computação para prover acesso mais direto às proposições que estão em discussão em cada comissão.	4.40	(+)

M1.4.4	2	Implementada aplicação de computação para acompanhamento das sessões plenárias e reuniões de comissão, para dispositivos móveis e internet.	4.43	(++)
M1.4.5	2	Implementada aplicação de computação para recebimento pelo cidadão do andamento de proposições, a partir de cadastramento.	4.44, 4.67	(++)
M1.4.6	2	Implementada aplicação de computação para dar acesso ao áudio de eventos, de forma simples, tanto no momento de realização, como posterior.	1.36, 4.66, 12.11, 13.77	(+)
M1.4.7	2	Implementada aplicação de computação para dar acesso a todas as notas taquigráficas, por meio da internet e de aplicativos móveis, incluindo as notas taquigráficas das sessões plenárias, das audiências públicas e de outros eventos, com respectivo áudio.	4.76, 12,18, 12.66	(+)

OBJ-2. Aperfeiçoar a atividade parlamentar

OBJ-2.1. Prover informações sobre temas do Distrito Federal				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M2.1.1	2	<p>Iniciada implementação de aplicação de computação para informar parlamentares sobre os temas do Distrito Federal, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ordem social: família; seguridade social; saúde; previdência social; assistência social; educação; cultura; desporto; lazer; ciência; tecnologia; pesquisa; desenvolvimento; inovação; comunicação social; meio ambiente; segurança; moradia; alimentação; trabalho; transporte; saneamento básico. - ordem territorial: cidade; uso e ocupação do solo urbano; propriedade rural. - ordem econômica: turismo; produção; mercado interno; consumo; abastecimento alimentar. - pessoa humana: população; direitos fundamentais invioláveis; direitos sociais; qualidade de vida; 	5.1, 5.3, 5.7, 5.8, 5.9, 9.21	(+++)

		pobreza; dignidade da pessoa humana; pessoas com deficiência; desamparados; maternidade; infância; juventude; pessoas idosas; índios.		
--	--	---	--	--

OBJ-2.2. Prover informações sobre políticas públicas

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M2.2.1	2	Implementada aplicação de computação que inclua dados finalísticos dos projetos legislativos, esclarecendo as reais necessidades e intenções da política pública proposta.	6.2	(++)
M2.2.2	2	Iniciada implementação de aplicação de computação para indicadores sobre a política pública Programa Compete Brasília, envolvendo indicadores sobre a descrição do programa, o orçamento destinado ao programa, os pedidos para viagens aéreas e os pedidos para viagens terrestres.	8.11	(+++)
M2.2.3	2	Iniciada implementação de aplicação de computação para indicadores sobre políticas públicas de Direitos Humanos do Distrito Federal, envolvendo indicadores sobre sistema prisional, assistência social, acesso à saúde, conflitos por terra e moradia e violência policial.	8.12	(+++)
M2.2.4	4	Provido acesso aos Cadernos de Responsabilidade Ativa, atualmente Sistema GestãoDF para acesso ao Sistema de Avaliação de Políticas Públicas do GDF.	6.12	(++)

OBJ-2.3. Prover informações para exercício do mandato parlamentar

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M2.3.1	2	Implementada aplicação de computação para informar parlamentares a respeito da disponibilidade de informações sobre assuntos institucionais em que atuam.	7.1 8.4	(++)

OBJ-2.4. Implementar aplicações computacionais para fortalecimento do mandato parlamentar				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M2.4.1	2	Iniciada implementação de aplicação de computação para modernizar a função finalística fiscalização com uso de Ciência de Dados e BI.	8.11, 8.12	(+++)
M2.4.2	2	Implementada aplicação de computação para gerenciamento de gabinete parlamentar e apoio à atividade parlamentar, que tenha como funcionalidades registro de demandas, registro de agenda, controle de emendas, gestão de contratos, emissão de relatórios sobre desempenho da equipe e métricas de atendimentos, dentre outras funções.	8.14 8.17	(+++)
M2.4.3	2	Iniciada implementação de aplicação de computação para permitir que o parlamentar possua seu próprio mecanismo de ampla divulgação de suas atividades, sem depender dos canais tradicionais de mídia, como emissoras de rádio e TV, e jornais impressos.	8.15	(+++)
M2.4.4	3	Implementada aplicação de computação para gestão das demandas sobre violações de Direitos Humanos recebidas pela Comissão.	8.13	(++)

OBJ-3. Aperfeiçoar atribuições institucionais

OBJ-3.1. Prover informações para o cumprimento das atribuições da CLDF				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M3.1.1	2	Implementada aplicação de computação com informações sobre as proposições em tramitação na comissão: em prazo de emenda; em prazo de relatoria e respectivo relator; pareceres entregues pelos relatores; em pauta para votação; resultado de votação; concluídos na comissão; que retornaram para Redação Final; que retornaram para Relatório de Veto.	9.2	(++)

M3.1.2	3	Provido acesso a sítios jurídicos, tributação e de políticas públicas.	9.4	(+)
M3.1.3	4	Provido acesso aos processos no SEI-GDF de todas as Secretarias de Estado e demais órgãos/fundações do GDF.	9.5	(+)
M3.1.4	4	Provido acesso aos processos protocolados no TCDF, como unidade de controle externo.	9.6	(+)
M3.1.5	4	Provido acesso aos processo protocolados no MPDFT como unidade de controle externo.	9.7	(+)
M3.1.6	4	Provido acesso como unidade de controle externo na Plataforma+Brasil para monitoramento dos contratos de repasse, termos de compromisso, termos de fomento e convênios.	9.8	(+)
M3.1.7	4	Provido acesso ao SIAFEN.	9.9	(+)
M3.1.8	4	Provido acesso ao SIGGO em modalidade consulta irrestrita para finalidade de fiscalização.	9.10	(+)
M3.1.9	7	Provido acesso a sistemas de compras governamentais, nos quais possa realizar a cotação de preços de eventos de capacitação, com vistas à instrução dos processos de contratação.	9.12	(+)
M3.1.10	7	Provido acesso aos sistemas do DETRAN, acesso ao INFOSEG - Rede Infoseg da Secretaria Nacional de Segurança Pública.	9.18	(+)

OBJ-3.2. Implementar análises de grandes volumes de dados

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M3.2.1	2	Iniciado uso exploratório de técnicas de ciência de dados sobre diversos temas do Poder Legislativo, a fim de formular propostas de possibilidades de inovação e oportunidades para novas estratégias institucionais por meio da computação.	10.4	(+++)

OBJ-3.3. Promover participação em redes sociais digitais				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M3.3.1	3	Prestado apoio técnico ao uso de rede social para disponibilizar áudio via internet.	11.8	(+)
M3.3.2	3	Prestado apoio técnico ao uso de redes sociais para divulgação de pesquisas e teses realizadas no acervo documental, e também para divulgação de eventos promocionais para estímulo a novos pesquisadores.	11.12	(+)
M3.3.3	6	Prestado apoio técnico ao uso de redes sociais para transmissão ao vivo e divulgação de palestras ou oficinas.	11.9, 11.10	(+)
M3.3.4	6	Prestado apoio técnico ao uso de rede social para disseminação de informações, novas aquisições e eventos da biblioteca.	11.11	(+)

OBJ-3.4. Implantar autosserviço digital				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M3.4.1	2	Implantada aplicação de computação para a população acompanhar as votações em reunião de comissão.	12.1	(+++)
M3.4.2	2	Implantada aplicação de computação para busca de proposições por diversos critérios, incluindo indexação por tesouro sobre o assunto.	12.16	(++)
M3.4.3	7	Implantado serviço de educação à distância.	12.7	(+)

OBJ-3.5. Implementar aplicações computacionais para processos institucionais				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado

M3.5.1	1	Implementada aplicação de computação com calendário legislativo e agenda de atividades diárias, com informações completas sobre a agenda de eventos da Casa, incluindo controle de agendamentos a fim de proporcionar agilidade e eficiência na marcação e distribuição dos eventos demandados pelos parlamentares e setores diversos da CLDF.	9.19, 13.48, 13.49 13.79	(++)
M3.5.2	1	Implantada modernização tecnológica das salas de reunião da CLDF.	13.68	(+)
M3.5.3	1	Iniciada migração de conteúdos atualmente registrados diretamente no portal institucional da CLDF para sistemas de informática específicos a cada tipo de informação, com geração automática da publicação desses conteúdos.	13.42	(+++)
M3.5.4	1	Iniciada implementação da digitalização do Diário da Câmara Legislativa, a partir de atos legislativos efetuados diretamente em meio digital.	13.95	(+++)
M3.5.5	2	Implementada modernização digital das reuniões das comissões, incluindo o procedimento de votação.	12.1	(+++)
M3.5.6	2	Implantada indexação das proposições legislativas utilizando processo técnico qualificado.	12.16, 13.103	(++)
M3.5.7	2	Implementada aplicação de computação para registro, indexação e busca dos pronunciamentos dos deputados, a fim de informar a população e os servidores da Casa, contribuindo para a transparência da CLDF.	13.31	(++)
M3.5.8	2	Implementada aplicação de computação para disponibilizar as informações armazenadas no acervo documental da CLDF, com recursos de pesquisa e recuperação da informação a partir de indexação.	4.72, 13.100	(++)
M3.5.9	2	Informatizado o serviço de taquigrafia.	13.104	(++)
M3.5.10	3	Implantada aplicação de computação para ouvidoria e atendimento ao cidadão.	13.73	(++)
M3.5.11	4	Implantada aplicação de computação para apresentação de emendas aos projetos e proposições que tramitam na CEOF, tendo como público-alvo os deputados.	13.24	(++)

M3.5.12	4	Implantada aplicação de computação para controle de Emendas Parlamentares e Redação Final.	13.28	(++)
M3.5.13	4	Implementadas funcionalidades pendentes do Sistema de Normas Jurídicas.	13.61	(++)
M3.5.14	4	Implantado gerenciador de banco de dados para o sistema de quebra de sigilo bancário do MPDFT.	18.20	(++)
M3.5.15	5	Implantada elaboração coletiva de conteúdos e documentos, bem como interação em grupos em meio digital, utilizando ambiente tecnológico em modelo de nuvem	13.6, 13.11, 13.12, 13.51, 16.10, 18.1, 18.2, 18.3	(+)
M3.5.16	5	Implantado suporte tecnológico para que as informações necessárias ao cumprimento das atribuições da CLDF sejam acessadas a qualquer tempo e em qualquer lugar, não se limitando ao horário de expediente e às instalações da CLDF.	13.8	(+++)
M3.5.17	5	Implantado serviço de videoconferência para utilização pelas unidades organizacionais.	13.10, 13.14, 13.83	(+)
M3.5.18	7	Implantado aprimoramento do sistema de CFTV, sensores de proximidade infravermelho e holofotes de iluminação no perímetro.	13.54, 13.76	(+)
M3.5.19	7	Implantado aprimoramento e ampliação do repositório de conteúdos na Intranet, para a capacitação dos gestores de contrato.	13.55	(+)
M3.5.20	7	Prestado suporte técnico-computacional para escaneamento de documentos.	13.94	(+)

OBJ-3.6. Promover conhecimento, formação e cultura digital

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M3.6.1	2	Implantada plataforma digital de cursos e palestras sobre diferentes temas relacionados à CLDF: elaboração de leis, orçamento, participação popular, direitos humanos, sustentabilidade etc.	4.52, 13.70, 14.12	(+)

M3.6.2	2	Expandida a compreensão da CLDF por meio da contínua elaboração do Mapa de Sistema de Informação, gerando amplo conhecimento sistêmico em aproximações sucessivas cada vez mais abrangentes.	14.1	(+++)
M3.6.3	2	Expandida a compreensão da CLDF por meio da realização continuada de modelagem computacional do Sistema de Informação da CLDF, a fim de elucidar os problemas computacionais legislativos passíveis de serem tratados por meio de tecnologia de computação.	14.2	(+++)
M3.6.4	2	Iniciada implementação de programa de formação para o cidadão, com ênfase no uso das aplicações de computação oferecidas pela CLDF à população, visando educação para a cidadania, de forma a cultivar modos de pensar, ser e agir democráticos.	14.5, 14.11	(+++)
M3.6.5	3	Implementada aplicação de computação para esclarecer à população sobre o papel de fiscalização dos atos do Poder Executivo.	1.31	(+)
M3.6.6	4	Implementada aplicação de computação para esclarecer à população sobre as etapas de um projeto de lei após sua aprovação, o caminho a percorrer e os prazos até que passe a ser Lei e entre em vigor.	1.24	(+)
M3.6.7	4	Implementada aplicação de computação para esclarecer à população sobre as ferramentas de fiscalização disponíveis na página da CLDF, bem como do funcionamento da Ouvidoria do GDF, e portal de andamento das consultas e cirurgias da Secretaria de Saúde, dentre outras demandas básicas.	1.26	(+)
M3.6.8	5	Prestado apoio técnico-computacional para estímulo da aplicação de saberes, habilidades e atitudes sobre Computação, de forma que servidores possam, inclusive, aprimorar seu trabalho por iniciativa própria, com a adoção de recursos computacionais.	14.6	(++)
M3.6.9	5	Prestado apoio técnico-computacional para disseminação do uso de recursos computacionais destinados a trabalhos colaborativos.	14.8	(+)

OBJ-4. Aperfeiçoar capacidades computacionais

OBJ-4.1. Desenvolver aspectos organizacionais				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M4.1.1	1	Contratado serviço de apoio técnico especializado em Computação para prestação de serviços de software para Business Intelligence.	15.5, 15.10	(++)
M4.1.2	1	Contratado serviço de apoio técnico especializado em Computação para prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas de informática, inclusive mensuração de software, codificação de software, teste de software e manutenção de software.	15.11	(++)
M4.1.3	5	Consolidada a estrutura organizacional destinada a aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF, a fim de possibilitar que os trabalhos ocorram conforme a estratégia estabelecida.	15.1	(+++)
M4.1.4	5	Adequado o quadro de pessoal destinado a aperfeiçoar o Sistema de Informação da CLDF, a fim de possibilitar que os trabalhos ocorram conforme a estratégia estabelecida.	15.1	(+++)
M4.1.5	5	Implantado modelo de trabalho adequado para o aperfeiçoamento do Sistema de Informação da CLDF, com condizente distribuição de poderes e responsabilidades.	15.2	(+++)
M4.1.6	5	Realizado planejamento tático-operacional que atenda à Estratégia de Sistema de Informação.	15.3	(+++)
M4.1.7	5	Promovido alinhamento aos princípios da sustentabilidade estabelecidos na A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública.	15.4	(++)
M4.1.8	5	Contratado serviço de apoio técnico especializado em Computação para prestação de serviços de consultoria e mapeamento de processos, análise, redesenho, proposição de melhoria, elaboração do manual de processos, bem como o repasse de informações dos conhecimentos técnicos.	15.5, 15.9	(++)

OBJ-4.2. Aperfeiçoar a plataforma computacional				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M4.2.1	1	Implantado ambiente tecnológico em modelo de nuvem para que os recursos computacionais estejam disponíveis a qualquer tempo e acessíveis de qualquer lugar, especialmente por dispositivos móveis.	13.8, 16.1, 18.1, 18.2, 18.3	(+++)
M4.2.2	1	Implantada capacidade de armazenamento e processamento para viabilizar análise de grandes volumes de dados.	16.4	(+)
M4.2.3	1	Iniciada integração das bases de dados institucionais, possibilitando intercâmbio de informações entre os sistemas de informática.	16.3	(+++)
M4.2.4	1	Iniciada adaptação de bases de dados operacionais para serem provedoras diretas de dados abertos.	16.6	(+++)
M4.2.5	2	Implantada tecnologia para Business Intelligence.	8.11, 8.12	(+++)
M4.2.6	2	Iniciada integração com bases externas de forma a possibilitar que fontes de dados externas sejam acessadas de forma integrada, especialmente as mantidas pelo Governo do Distrito Federal.	16.7	(+++)
M4.2.7	5	Expandida a cobertura da rede sem fio da CLDF.	13.9	(++)
M4.2.8	7	Implantado protocolo de tráfego de áudio via IP na rede institucional.	18.16	(+)

OBJ-4.3. Prover novos softwares aplicativos				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M4.3.1	2	Disponibilizado aplicativo para transmissão de áudio de eventos externos via <i>streaming</i> para o sistema de som da sede e também para outras redes.	18.18	(+)
M4.3.2	4	Disponibilizada ferramenta de banco de dados para usuário final.	18.19	(+)

M4.3.3	5	Disponibilizada ferramenta para produção de textos matemático-computacionais de forma colaborativa.	13.13	(+)
M4.3.4	7	Disponibilizado software para análise de dados.	18.5, 18.6, 18.9	(++)
M4.3.5	7	Disponibilizado software para análise e tratamento de imagens.	18.7, 18.8	(++)
M4.3.6	7	Disponibilizado software para transmissão de áudio e imagem em rede sem fio, para compartilhar informações a partir de celular, <i>tablets</i> ou PC.	18.17	(+)
M4.3.7	7	Disponibilizados recursos computacionais necessários à produção de conteúdo multimídia: visual (imagens), auditivo (áudios), audiovisual (vídeos) e animação (desenhos animados).	13.15, 18.13, 18.14, 18.15	(+)
M4.3.8	7	Disponibilizados recursos computacionais necessários à automação de atividades: conversão de documentos de diversos formatos para formato PDF, organização para gerenciamento de anotações, gerenciamento de tarefas pelo método Kanban, automação de processos.	18.4, 18.10, 18.11, 18.12	(+)
M4.3.9	7	Disponibilizado pacote de softwares gráficos para editoração eletrônica, geração de documentos em formato PDF, desenho gráfico e ilustração, edição de imagens e desenhos vetoriais.	18.22	(+)
M4.3.10	7	Disponibilizados aplicativos para automação de escritório.	18.23	(+)

OBJ-4.4. Prover novos equipamentos computacionais

#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M4.4.1	4	Fornecidos computadores tipo <i>desktop</i> necessários ao desempenho das atividades institucionais.	13.62, 13.86, 13.88, 13.90, 19.1	(+)
M4.4.2	4	Fornecidos computadores tipo <i>notebook</i> necessários ao desempenho das atividades institucionais.	8.3, 19.2	(+)

M4.4.3	4	Fornecidos computadores tipo <i>tablet</i> necessários ao desempenho das atividades institucionais.	13.92, 19.3	(+)
M4.4.4	4	Fornecidos serviços de impressão necessários ao desempenho das atividades institucionais.	19.6, 19.7, 19.8, 19.9	(+)
M4.4.5	4	Fornecidos serviços de escaneamento necessários ao desempenho das atividades institucionais.	19.10	(+)
M4.4.6	7	Fornecidos monitores necessários ao desempenho das atividades institucionais.	19.5	(+)

OBJ-5. Manter os recursos computacionais em pleno funcionamento

OBJ-5.1. Prestar suporte técnico-computacional				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M5.1.1	2	Prestado suporte técnico-computacional durante a realização das Sessões Plenárias nas Regiões Administrativas.	13.58, 17.5	(++)
M5.1.2	2	Prestado suporte técnico-computacional para manter o portal atualizado com as atas das sessões plenárias, com respectivo áudio, cumprindo os prazos previstos na lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e as normas vigentes na CLDF.	13.67	(+)
M5.1.3	4	Prestado suporte técnico-computacional para o apoio audiovisual às comissões, sala de aula, auditório e salas de reuniões do Plenário e da Presidência, para atendimento a deputados, comissões, equipes técnicas, treinandos, palestrantes, Cerimonial, Presidência, etc.	13.78	(+)
M5.1.4	7	Prestado acompanhamento técnico-computacional na gestão de contrato do Sistema Mentorh.	13.56	(+)
M5.1.5	7	Prestado apoio técnico-computacional às unidades envolvidas no processo de administração de informações e documentos legislativos.	13.57	(+)

OBJ-5.2. Garantir sustentação e funcionamento do complexo computacional				
#	Prioridade	Meta	Necessidade	Esforço Estimado
M5.2.1	1	Garantidos sustentação e funcionamento do portal de dados abertos.	17.1	(+)
M5.2.2	1	Garantidos sustentação e funcionamento do portal institucional na internet e do portal de intranet.	17.2	(++)
M5.2.3	1	Garantidos sustentação e funcionamento do Sistema Eletrônico de Documentos.	17.3	(+)
M5.2.4	2	Garantidos sustentação e funcionamento dos sistemas de informática relativos às funções institucionais finalísticas representação, fiscalização e legiferação.	13.19, 13.21, 13.23, 17.4	(++)
M5.2.5	2	Garantida infraestrutura de tecnologia da informação para realização das Sessões Ordinárias nas Regiões Administrativas.	13.58, 17.5	(++)
M5.2.6	2	Realizados sustentação, operação e monitoramento dos equipamentos e software do Datacenter.	17.6	(+++)
M5.2.7	2	Realizadas sustentação e operação de infraestrutura de tecnologia da informação 24X7 com serviços de monitoração de ambiente tecnológico.	17.7	(+++)
M5.2.8	2	Realizadas sustentação e manutenção do serviço de banco de dados e dos servidores de aplicações.	17.8	(+++)
M5.2.9	2	Realizadas sustentação, manutenção e proteção da rede institucional de dados.	17.9	(+++)
M5.2.10	2	Garantido serviço de acesso à internet com manutenção do link de dados contratado.	17.10	(+)
M5.2.11	2	Realizada manutenção do cadastro de usuários nos serviços de credenciamento de usuários, administração do serviço de diretório, correio eletrônico e arquivos distribuídos.	17.11	(++)
M5.2.12	2	Realizadas sustentação e manutenção do serviço de proteção de dados.	17.12	(++)
M5.2.13	2	Garantido funcionamento dos equipamentos computacionais destinados a usuário final.	17.13	(++)

M5.2.14	2	Garantidos sustentação e funcionamento do serviço de atendimento ao usuário.	17.14	(++)
M5.2.15	2	Atualizado o parque de equipamentos computacionais destinados a usuário final.	17.15	(++)
M5.2.16	4	Garantidos sustentação e funcionamento do serviço de impressão.	17.16	(+)
M5.2.17	7	Garantidos sustentação e funcionamento dos sistemas de informática relativos à função institucional administração.	13.20, 17.17	(++)

6. Conclusão

A Câmara Legislativa do Distrito Federal segue aprimorando seu modelo de planejamento e governança de tecnologia da informação, ao formalizar seu terceiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Partindo de uma Estratégia de Sistema de Informação, que esclarece como a Computação pode contribuir efetivamente para os objetivos institucionais da CLDF, a adoção de um plano diretor como instrumento de gerenciamento tático, elaborado por um Comitê de Tecnologia da Informação com caráter propositivo e fundado no conhecimento técnico-científico, proporciona um modelo de gestão estratégico e democrático, oferecendo à Mesa Diretora pleno amparo para as decisões sobre as ações e os investimentos computacionais.

A atualização do PDTI para o biênio 2021-2022 cumpre importante passo para o aprofundamento desse modelo, a partir de amplo levantamento de necessidades, sob a luz da visão projetada para o Sistema de Informação da CLDF, conforme especificado na Estratégia de Sistema de Informação.

O resultado é um inventário de necessidades computacionais robusto e abrangente, e um plano de objetivos e metas consistente e de acordo com as prioridades institucionais.

Apêndice - Inventário de recursos computacionais

Sistemas de informática

Sistema de Informática	Função institucional (tipo de aplicação)	Visão
Dados Abertos	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica)	A F H
eDemocracia (Solução mantida pelo Interlegis)	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica)	B C H
TV Web CLDF (Solução de terceiro contratada pela Coordenadoria de Comunicação Social)	Representação Legiferação Fiscalização (estratégica)	A C
Portal Institucional na Internet	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave)	A F
Sistema Eletrônico de Informação - SEI	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave)	G
Portal SEI	Representação Legiferação Fiscalização Administração (operação chave)	G
Processo Legislativo Eletrônico - PLE	Representação Legiferação Fiscalização (operação chave)	A F G
Sistema de Votação Eletrônico	Representação Legiferação Fiscalização (operação chave)	A F G
Portal da Transparência	Fiscalização (operação chave)	A

Pesquisa Leis e Proposições	Legiferação (operação chave)	A F
Sistema de Normas Jurídicas - NJur	Legiferação (operação chave)	A F
Sistema de Informações Legislativas - LEGIS	Legiferação (operação chave)	A F
Protocolo de Emendas e Pareceres	Legiferação (operação chave)	A F
Emendas a Crédito Orçamentário	Legiferação (operação chave)	F
Emendas ao Orçamento	Legiferação (operação chave)	F
Sistema de Inscrição de Oradores - SINO	Representação (operação chave)	G
Pesquisa Atos Administrativos	Administração (operação chave)	A F
Portal Intranet	Administração (suporte)	-
MentoRH (Solução de terceiro contratada pela Diretoria de Recursos Humanos)	Administração (suporte)	-
Portal do Servidor	Administração (suporte)	-
Sistema Gerenciador do Fundo de Assistência FASCAL	Administração (suporte)	-
Portal da Transparência do FASCAL	Administração (suporte)	-
Sistema de administração de materiais permanentes e de consumo	Administração (suporte)	-
Biblioteca Digital	Administração (suporte)	-
Sistema de Gestão Orçamentário e Financeiro - SIGOF	Administração (suporte)	-
Acompanhamento e Controle de Processos Demandados da Assessoria Legislativa - ASSEL	Administração (suporte)	-
Gerenciamento do Protocolo Administrativo - Protad	Administração (suporte)	-
Postagem	Administração (suporte)	-
Controle de Veículos	Administração	-

	(suporte)	
Sistema de Atendimento ao Usuário - SAU	Administração (suporte)	-

Infraestrutura de tecnologia da informação

Usuários	Aproximadamente 1500 usuários para arquivos e caixas postais.
Processamento	90% do ambiente é virtualizado. Cerca de 80 máquinas virtuais em funcionamento e potencial de processamento para o triplo (240 VMs).
Armazenamento	Capacidade de armazenamento de 150TB, sendo 4/5 da capacidade com tecnologia <i>allflash</i> . Cerca de 15 TB de arquivos utilizados por unidades e usuários da rede CLDF.
Rede de comunicação de dados	Rede LAN com estrutura de cabeamento para 3800 pontos de acesso; Cobertura da rede para acesso <i>wireless</i> em "90%" da área total da Casa. Rede SAN com velocidade de até 16Gb/s. <i>Link</i> de Internet com capacidade de 2 Gb/s. <i>Link</i> de Internet com capacidade de 500 Mb/s.
Disponibilidade	Funcionamento de TODA infraestrutura no modelo 24x7. Acesso à internet para usuários CLDF e visitantes com disponibilidade do serviço em média de 99,95%.
Observações	Todo o ambiente de produção em ambiente <i>allflash</i> . Switches topo de rack totalmente fibra 10Gb/s. Forte padronização de plataformas e <i>softwares</i> básicos.
Metas para curto/médio prazo	Virtualização de até 95% do ambiente. Aquisição de equipamentos de rede.

	<p>Implantação de CPD inteligente, com melhor gerenciamento/aproveitamento de recursos (<i>smart IT</i> para <i>racks</i>).</p> <p>Aumento da capacidade de armazenamento.</p>
--	--

Equipamentos computacionais para usuário final

Tipo de equipamento	Quant.	Descrição
Microcomputadores <i>desktop</i>	840	Marca HP All in One 840 G1.
	290	Marca HP 840 G3 modelo Ultra-Reduzidos.
	72	Marca HP 840 G3 UR.
	10	Marca HP SFF a serem instalados entre final de setembro e início de outubro.
Microcomputadores <i>notebook</i>	20	Marca LENOVO T61, remanescentes nas unidades em procedimento de retirada.
	40	Marca LENOVO T430.
	40	Marca HP EliteBook G3.
Monitores de vídeo extra	250	Monitores de vídeo L200b como legado da substituição de 250 microcomputadores HP 6005 SFF.
Impressoras policromáticas	35	Marca Lexmark CX510HDN (multifuncional).
	30	Marca Lexmark C544DN.
	2	Marca Oki C9850HDN.
	3	Marca FARGO HDP5000.
Impressora policromática digital	1	Adquirida e utilizada pela SPG, com serviços de suporte impactantes na CMI.
Impressoras monocromáticas	85	Marca Lexmark MS610DN

	100	Marca HP P3015DN
	20	Marca SAMSUNG e porte grande, modelos K7600LX, porém sob-regime de terceirização e com contrato aos cuidados da DSG, com serviços de suporte impactantes na CMI.
	2	Marca Brother, adquiridas pela DSG e entregues à COPOL e ao SGDA com serviços de suporte impactantes na CMI/SEATI.
Escâneres	70	Marca Kodak i2400
	40	Fujitsu S1500

Software aplicativo e sistemas operacionais para usuário final

Tipo de software	Quant.	Descrição
Sistema Operacional	1327	MS Windows 10 (uma cópia por microcomputador). Regime de OEM.
Software aplicativo	08	Adobe CS4 Design Premium
	24	Adobe CS4 Master Collection
	24	Adobe CS6 Design & Web Premium
	03	Adobe Photoshop LightRoom 4 Full
	05	Adobe Acrobat Professional 11
	40	Corel Draw X6
	04	AutoDesk AutoCad 2014
	02	AutoDesk Revit
	250	MS Office 2010 profissional (35 em uso. Seção "Access" instalada em algumas unidades com o MSO 2013).

	40	MS Office 2013 professional
	840	MS Office 2013 Home & Business
	40	MS Office 2016 Home & Business (EliteBook 840 G3)
	300	MS Office 2019 Home and Business.
	72	MS Office 2019 Home and Business (chegada em Agosto/2020).
	02	SPSS



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL